

# “CONVENIENTE AO SERVIÇO DE DEUS, DE NOSSA SENHORA, E BEM DAS ALMAS DOS FIÉIS”

IRMANDADES E SOCIABILIDADES RELIGIOSAS NO SUL  
DAS MINAS (CAMPANHA, SÉCULOS XVIII E XIX)\*

Vanessa Cerqueira Teixeira  

Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Campanha

**D**urante os períodos colonial e imperial, as irmandades religiosas possuíram grande importância em toda a América portuguesa, e posterior Império do Brasil, como associações católicas compostas por homens e mulheres reunidos sob uma mesma devoção. Herdeiras das ordens mendicantes ainda em contexto medieval, a organização confraternal proporcionou a participação ativa de fiéis na vida religiosa, consolidando-se na Idade Moderna em meio à Reforma Católica, do Velho ao Novo Mundo. Nas Minas Gerais desenvolveram papel ainda mais significativo em função das restrições de instalação das casas conventuais.<sup>1</sup> Essas corporações determinavam critérios seletivos de admissão dos membros, como qualidade social,<sup>2</sup>

---

\* Agradeço à Patrícia Vargas pela sugestão desse tema e recorte de pesquisa, ainda durante minha graduação na Universidade Federal de Viçosa, às instituições arquivísticas que salvaguardam os acervos consultados, sobretudo em Campanha, bem como aos pareceristas e editores da Afro-Ásia pelas apreciações, revisões e apontamentos.

1 Dentre as justificativas havia a alegação do envolvimento do clero regular no extravio do ouro e no estímulo ao não pagamento de impostos. Somava-se a isso que o controle político sobre a atuação de fiéis e religiosos foi muito forte, em virtude de motins e rebeliões nos primeiros decênios do século XVIII, com significativa participação de clérigos, vistos como líderes de opinião e elementos desestabilizadores do sistema. As ordens regulares, como de jesuítas, carmelitas, franciscanos e mercedários, não se subordinavam à Coroa ou ao Bispado, mas apenas à própria hierarquia a qual pertenciam. As perseguições impediram que ordens primeiras tivessem papel ativo, mas não foi possível controlar sua presença totalmente. Célia Maia Borges, *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: Devoção e Solidariedade em Minas Gerais, Séculos XVIII e XIX*, Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005, pp. 57-58.

2 Ver Eduardo França Paiva, *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 32.

condição jurídica ou ocupação. Cada grupo social possuía seus oragos preferenciais, seja pela ação catequética de missionários, pela “assistência” oferecida em um diversificado “mercado de bens simbólicos” ou pela aproximação com suas histórias de vida. Juntamente às paróquias, os devotos organizados em agremiações leigas administravam os rituais católicos em nível local, construía suas igrejas, estimulavam a produção artística e prestavam auxílio mútuo entre seus membros durante a vida e a morte. Em contexto escravista, o universo confraternal possibilitava a formação de um espaço de participação e autonomia para pretos, crioulos, pardos e mestiços, com o desenvolvimento de uma importante sociabilidade urbana, permitindo a (re)configuração social, a formação de identidades e a possibilidade de mobilidade em uma sociedade hierárquica e desigual, como as de Antigo Regime.<sup>3</sup>

Após serem constituídas, nos altares laterais das matrizes ou em capelas coletivas, tornava-se essencial para muitas confrarias a busca de sua institucionalização por reconhecimento régio e eclesiástico do livro de Compromisso, documento que tornava pública a síntese de suas principais diretrizes e orientava a atuação dos agremiados. O fenômeno confraternal, observado em sua dimensão urbana, encontrava-se intimamente atrelado à malha paroquial, aos poderes locais e às atividades mercantis, tendo em vista o próprio agenciamento dos confrades, o dinamismo das relações pessoais e a fluidez das vilas mineradoras. Suas capelas possibilitavam formas de ocupação e hierarquização do espaço, reunindo a população

---

3 O dinamismo urbano alcançado pela economia aurífera e agromercantil ao longo do Setecentos mineiro ampliou a atuação dos sujeitos, seja por estratégias pessoais ou pela união em determinados grupos formados pelas clivagens sociais resultantes da escravidão. A abertura de perspectivas surgia em meio a certos limites de uma sociedade herdeira dos padrões estamentais, como honra e pureza de sangue, que impunham restrições aos espaços sociais, o acesso a ocupações políticas, eclesiásticas e militares, e a determinadas irmandades e ordens terceiras. Hebe Mattos de Castro, “A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica” in João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa (Orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001), pp. 141-162; Silvia Hunold Lara, “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa” in Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (Orgs.), *Modos de Governar: Ideias e Práticas Políticas no Império Português, séculos XVI a XX* (São Paulo: Alameda, 2005), pp. 21-38.

em seus entornos. A congregação ritualística, com a formação de redes devotas, foi meio privilegiado também para o agenciamento político, sendo possível questionar estudos clássicos, nos quais maior ênfase foi dada à ausência de consciência grupal e manifestações político-sociais, sobretudo para africanos e afrodescendentes.<sup>4</sup>

Muitas irmandades expressaram claramente em suas diretrizes a necessidade da demarcação de fronteiras, reiterando identidades, mas também surgiram possibilidades de formação de alianças. O compartilhamento do espaço de sociabilidade construído se tornava um prolongamento de outras convivialidades. Alianças e rivalidades definiam-se conforme as circunstâncias e oscilavam ao longo do tempo. A divisão de grupos étnico-sociais era fluida e dinâmica, visto que diferentes categorias participavam de uma mesma associação e um fiel não precisava se limitar apenas a uma devoção. Por isso, analisar a categoria de grupo social sem considerar os indivíduos agrupados pode, ao mesmo tempo, unir em um mesmo grupo pessoas que não se relacionavam e separar as que poderiam viver em interação. A análise das relações sociais e dos pontos de contato e conflito se torna, portanto, mais importante do que uma visão rígida de segregações previamente definidas. A atuação de sujeitos em irmandades não corresponderia apenas a uma confirmação ou manutenção pacífica das hierarquias sociais e da dominação colonial. Esses sujeitos constituíam os mecanismos de (re)configuração das distinções étnicas e sociais, principalmente quando buscavam sua agência em coletividades. Desse modo, neste artigo privilegia-se a compreensão de distintas trajetórias associativas, que por vezes se aproximaram, a partir das experiências vivenciadas e práticas compartilhadas.<sup>5</sup>

---

4 Caio César Boschi, *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*, São Paulo: Ática, 1986.

5 Vanessa Cerqueira Teixeira, *A quebra dos grilhões: devoção mercedária e crioulição em Minas Gerais (1740-1840)*, Belo Horizonte: Páginas Editora, 2022.

Objetivo apresentar uma aproximação do universo confraternal de Campanha, cidade considerada “berço do sul de Minas Gerais”.<sup>6</sup> Ressalta-se, inclusive, a inexistência de pesquisas historiográficas com este enfoque para a localidade. Para tanto, recua-se à sua formação como “arraial da Campanha do Rio Verde” na primeira metade do Setecentos, passando por sua elevação à “vila da Campanha da Princesa” (cujo Termo, isto é, o território constituído de freguesias sob sua jurisdição, fora de grande extensão), até alcançar o estatuto de cidade no século XIX. Busca-se, a partir de uma perspectiva cultural,<sup>7</sup> compreender a formação da prática associativa leiga no agenciamento de seus moradores, identificando a configuração étnico-social das corporações e sua importância ao longo da história do território. Para além dos relatos de memorialistas produzidos ainda no século XIX, foram consultadas fontes documentais localizadas em arquivos civis e eclesiásticos,<sup>8</sup> destacando-se, sobretudo, os poucos códices preservados das irmandades, compostos por livros de compromisso, entradas, receitas e despesas, termos de reunião, requerimentos, correspondências e causas judiciais.

### **Um arraial, uma vila, uma cidade: na letra dos memorialistas e nas notícias do Almanach Sul-Mineiro**

A atual cidade de Campanha é uma das mais antigas do sul de Minas Gerais. Povoada em função dos achados auríferos, era uma grande área de disputa entre as Capitânicas de Minas Gerais e São Paulo. Por meio de relatos de memorialistas, Marcos Ferreira, Cícero Ferraz e Patrícia Vargas

---


6 Marcos Ferreira de Andrade, *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

7 Roger Chartier, *A história cultural: entre práticas e representações*, 02 ed., Lisboa: DIFEL, 2002.

8 Arquivo da Cúria Diocesana de Campanha (ACDC), Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), Arquivo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del Rei (AMNSP-SJDR), Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias de Ouro Preto (APNSCAD-OP), em Minas Gerais, e Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), com acervo digitalizado e acesso *online*.


apontaram que coube ao ouvidor da vila de São João del Rei, Cipriano José da Rocha, que transitava pela região por volta de 1737 a fim de efetivar a posse de novos descobertos pela Coroa, “dar forma ao arraial”, com a reunião da população dispersa e o estabelecimento do traçado em linhas gerais.<sup>9</sup> Os povoadores iniciais, que “se estabeleceram no então arraial da Campanha do Rio Verde,<sup>10</sup> fixaram-se nas partes mais elevadas, de acordo com a tradição dos paulistas, onde já havia uma formação inicial, que daria origem ao Largo da Matriz, considerado o marco do ordenamento da freguesia”.<sup>11</sup> Antes de ser elevada à categoria de vila, em 1798, pela reivindicação de seus moradores,<sup>12</sup> a localidade estava sob a jurisdição de São João del Rei.<sup>13</sup> A Câmara dessa vila, contudo, não deixou de protestar

---

9 Andrade, *Elites regionais e a formação do Estado Imperial*; Cícero Ferraz Cruz, “Cidade difusa: a construção do território na Vila de Campanha e seu termo, séculos XVIII-XIX”, Tese (Doutorado em Arquitetura), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, ; Patrícia Vargas, “Apropriações do espaço e representações da paisagem: a cidade de Campanha no século XIX” in Álvaro de Araújo Antunes, Cláudia Damasceno Fonseca e Francisco Eduardo de Andrade (Orgs.), *Espacialização a História: Experiências e perspectivas sob o prisma do urbano* (Belo Horizonte: Fino Traço, 2021), pp. 285-306.

10 O arraial foi chamado, inicialmente, de São Cipriano (homenagem ao ouvidor), mudando de nome para arraial da Campanha do Rio Verde de Santo Antônio do Vale da Piedade (referência ao padroeiro da capela). Andrade, *Elites regionais e a formação do Estado Imperial*, p. 28.

11 Vargas, “Apropriações do espaço e representações da paisagem”, p. 288.

12 As solicitações pelo título de vila, enviadas pelos moradores dos arraiais ao soberano, eram justificadas com inúmeros problemas, como a dificuldade de acesso à justiça ou questões de comodidade restritas aos núcleos urbanos e às sedes. Com a criação da vila e da Câmara, com vastos Termos, os juízes administrariam a justiça em primeira instância e as sedes de comarca teriam ouvidores para as apelações. “Para facilitar e controlar o recebimento dos quintos, também seria desejável que as principais zonas que compunham a região mineradora – Ouro Preto, Rio das Mortes e Rio das Velhas – adquirissem o estatuto de comarcas, cada uma delas tendo uma vila por sede, na qual residiria um ouvidor e corregedor com atribuições judiciais e fiscais. Estas três vilas deveriam se situar na extremidade dos principais caminhos que ligavam as Minas à Bahia, a São Paulo e ao Rio de Janeiro.” Cláudia Damasceno Fonseca, “Urbs e civitas: A formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas Setecentistas”, *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 20, n. 1 (2012), p. 37, .

13 Cícero Ferraz reuniu documentos que permitiram confirmar aspectos cronológicos e o processo de conformação do arraial à vila, como “as cartas do ouvidor de 1737, a confirmação de posse do território de Campanha por parte da vila de São João del-Rei em 1743, a criação do julgado em 1746, as petições e informações do debate em torno da elevação da vila nas décadas de 1780 e 90, a nomeação do Juiz de Fora e o ato de criação da vila em 1798, a ereção do pelourinho em 1799, a demarcação do termo em

pela perda sofrida com tal elevação. Ao longo do Oitocentos, a vila de Campanha se desenvolveria com acentuado crescimento populacional e desenvolvimento agropecuário. Juntamente à construção de novos templos, ocorria a edificação de novas moradas, expandindo a ocupação territorial em direção sul e oeste, de forma interligada por ruas e largos.


É possível verificar, no século XIX, um crescimento demográfico significativo da Comarca do Rio das Mortes, que além do Termo da Vila de Campanha, integrava mais sete Termos. As vilas de São João del Rei, Barbacena e Campanha constituíam-se os principais centros urbanos da região. Em 1821, a população do Termo da Vila de Campanha da Princesa correspondia a 38.912 habitantes e, em 1832, era de 30.340. Entre 1833-1835, o número de habitantes do Termo de Campanha era de 36.465 habitantes. Em 1833, a vila se tornou sede da Comarca do Sapucaí e, em 1840, pela Lei Mineira n. 163, sancionada por Bernardo Jacintho da Veiga (1802-1845), à época Presidente da Província de Minas Gerais, a vila foi elevada ao estatuto de cidade, com o nome de Campanha.<sup>14</sup>

Dito isso, nota-se que, ao longo das últimas décadas, a historiografia tem demonstrado, com o intuito de reavaliar, relativizar e nuançar, as visões em torno da noção de decadência ou estagnação econômica das vilas mineiras após o período de auge da mineração. Identificou-se importante impulso agromercantil no século XIX e o crescimento populacional, sobretudo, nas Comarcas do Rio das Velhas e do Rio das Mortes, em grande medida devido à importância de suas localizações em meio aos caminhos de São Paulo, Goiás e Tocantins, ou ainda do “caminho novo” com ligação ao Rio de Janeiro, uma relevante conexão mercantil por sua especificidade portuária.<sup>15</sup> Uma posição de realce era adquirida, portanto, pela parte meridional das Minas. Com o esgotamento das lavras do núcleo mais central da Capitania, muitos “habitantes que desejavam explorar novas áreas se estabeleceram em regiões distantes da capital, notadamente em

---

1800”. Cruz, “Cidade difusa”, 2016, p. 47. Inúmeras fontes sobre a temática podem ser encontradas no Arquivo Histórico Ultramarino, como o livro de criação da vila.

14 Vargas, “Apropriações do espaço e representações da paisagem”, p. 294-295.

15 Francisco Eduardo de Andrade, “Presídios dos terceiros do Carmo de Vila Rica: territorialidade e rede confraternal em Minas Gerais, 1744-1848”, *Horizonte*, v. 17, n. 53 (2019), p. 1180, .

espaços que acabaram por ser anexados aos termos de Mariana, São José del-Rey (atual Tiradentes) e São João del-Rey”.<sup>16</sup> A origem e a ampliação das povoações estariam, mais do que nunca, relacionadas às atividades mercantis e ao abastecimento interno da Corte, e os núcleos mineradores buscavam adaptar-se ao novo contexto, com momentos variados de prosperidade, estabilidade ou declínio.

Em 1839, Campanha passou a ser sede de outra Comarca, mais extensa, a do Rio Verde, tendo, posteriormente, sofrido diversas fragmentações territoriais. A cidade desenvolveu significativa atividade comercial e agropecuária, bem como influente atuação na vida política provincial. Segundo Bernardo Saturnino da Veiga,<sup>17</sup> em sua compilação de informações que constituiu o *Almanach Sul-Mineiro*,<sup>18</sup> publicado em 1874, a população do município de Campanha era estimada em 27.472 pessoas em 1862.<sup>19</sup> Nesse período, já pertencente à Comarca do Rio Verde – criada em 1839, suprimida em 1865 e restaurada em 1870 –, era sede do município, com as seguintes freguesias: Campanha, São Gonçalo, Mutuca, Lambary, Águas

---

16 Cláudia Damasceno Fonseca e Renato Pinto Venâncio, “Vila Rica e a noção de “grande Cidade” na transição do Antigo Regime para a época contemporânea”, *Locus: Revista de História*, v. 20, n. 1 (2014), p. 177, [↗](#).

17 “Membro de uma tradicional e influente família campanhense, Bernardo Saturnino da Veiga, como seu pai (Lourenço Xavier da Veiga) e tio (Bernardo Jacyntho da Veiga), foi um homem que se envolveu em diversas atividades de cunho comercial, foi político e intelectual (sócio correspondente do IHGB), e tornou-se conhecido especialmente por sua atuação na imprensa local.” Vargas, “Apropriações do espaço e representações da paisagem”, p. 297. Foi fundador da Biblioteca Pública de Campanha, em 1874, e responsável pela publicação do jornal “Monitor Sul Mineiro”, que circulou entre 1872 e 1896, pelo qual noticiava também ideias separatistas retomadas de antigos membros de sua família, idealizando a criação da Província de Minas do Sul. Tal movimento alcançaria certo sucesso em 1892. Seus escritos sobre Campanha, portanto, possuem essa orientação política.

18 Interessante observar que o autor se propunha, com esta obra, produzir uma fonte de pesquisa histórica que sintetizasse dados importantes do Sul de Minas. Para ele, “é possível que algum dia sirva este livro de auxílio à história (pois todo país tem sua história, como todo homem tem sua biografia)”. Bernardo Saturnino da Veiga, *Almanach Sul-Mineiro para 1874*, Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, p. 49. Disponível na Hemeroteca Digital, em: [memoria.bn.gov.br](http://memoria.bn.gov.br). Acesso em 29 ago. 2024.


19 Para comparação, os municípios de Pouso Alegre contavam com 50.332 pessoas, Passos com 35.508 pessoas, Itajubá com 34.128 pessoas e Baependi com 17.376 pessoas.

Virtuosas e Rio Verde. Quanto às paróquias, pertencentes ao Bispado de Mariana, a Comarca Eclesiástica da Campanha era formada pelas Paróquias de Santo Antônio do Vale da Campanha, Três Corações do Rio Verde, Espírito Santo da Mutuca, Nossa Senhora da Saúde das Águas Virtuosas, Senhor do Matosinhos de Lambary, Santa Catharina, São Gonçalo da Campanha e Espírito Santo da Varginha.<sup>20</sup>

Nos dados levantados pelo Almanach, a cidade de Campanha, cabeça de seu Termo e sede da Comarca do Rio Verde, se localizava a 64 léguas da capital do Império e a 55 léguas de Ouro Preto, capital da Província. Ao recapitular seu histórico, informava que em 1775 o antigo arraial se tornou cabeça do terceiro julgado da Comarca do Rio das Mortes, por provisão do Conselho Ultramarino, e recebeu o título de vila em 20 de outubro de 1798, sob o nome de “Campanha da Princesa da Beira”.<sup>21</sup> Em sua primeira municipalidade foi oferecido o donativo da terça parte das rendas à Princesa da Beira, D. Carlota Joaquina, como observado em carta de agradecimento de 6 de novembro de 1800. A lei provincial de 9 de março de 1840, sancionada pelo conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga, elevou a vila à categoria de cidade.<sup>22</sup>

Campanha ficava localizada em uma colina pouco elevada, e, à época do relato, contava com 435 residências, sendo 31 sobrados, 11 praças,

---

20 Distintos elementos se conjugam para a devida compreensão da evolução da malha territorial e da hierarquia urbana, como a situação geográfica, a proximidade aos caminhos e fronteiras, as relações entre governadores e elites locais, além das interações entre as vilas ou entre a sede municipal e os arraiais dependentes, observando os conflitos territoriais. Destaca-se o papel das freguesias, visto que seu território era definido pelos vínculos estabelecidos entre os habitantes (conjunto de famílias, dispostas em fogos) e seu pároco. Elas também eram reconhecidas pela Coroa como uma unidade administrativa. Tributos a serem cobrados e requerimentos de moradores eram encaminhados às instâncias correspondentes, compondo uma relação indissolúvel entre jurisdições eclesiástica e civil. Essa interação determinava o território dos municípios como um conjunto de freguesias. Ângelo Alves Carrara e Pedro José de Oliveira Machado, “Ordenamento territorial dos municípios brasileiros: Minas Gerais, séculos XVIII-XIX”, *Almanack*, Guarulhos, n. 24, ea03918 (2020), pp. 9-10, .

21 Criada a vila, o alvará de 19 de julho de 1814 garantia-lhe por Termo, além de seu território no período do relato, também o que correspondia aos Termos de Ayruoca, Baependy, Christina, Itajubá, Pouso Alegre, Jaguary, Caldas, Cabo Verde, Jacuhy, Passos, Alfenas, Dolores da Boa Esperança e Três Pontas.

22 Veiga, *Almanach Sul-Mineiro para 1874*.

27 ruas e 8 travessas. Seus principais edifícios eram a matriz, sob invocação de Santo Antônio do Vale da Piedade, e as igrejas de Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Mercês e São Sebastião, além de uma capela no cemitério público. Também contava com uma casa de caridade, um teatro, uma grande cadeia e uma praça de mercado. Muitas ruas da cidade eram calçadas, com passeios laterais feitos em pedras de São Thomé, vindas dessa freguesia. O clima foi considerado magnífico, havendo fontes de águas férreas e abundantes mananciais de água potável nas partes menos elevadas da cidade. Ao redor ainda se viam poucas matas, tendo a maior parte já sido queimada ao longo dos tempos.<sup>23</sup>

De suma importância eram, ainda, as relações constituídas em diversas irmandades, como se verá adiante nas palavras do próprio autor. Antes disso, é primordial enfatizar que a relação entrecruzada das associações religiosas leigas com o meio urbano pode ser constatada em pelo menos três aspectos.<sup>24</sup> O primeiro se refere ao poder dos dirigentes municipais, reconhecendo as confrarias como porta de entrada ou espécie de “laboratório de poder”, possibilitando a constituição de um espaço de aprendizagem para muitas autoridades municipais. A segunda diz respeito à posse e utilização do imobiliário urbano (terrenos, igrejas, catacumbas, fontes de água que serviam aos moradores), atuando diretamente na composição do espaço urbano. E, por fim, a sociabilidade urbana, como a ocupação das ruas em suas práticas rituais ao longo de seu extenso calendário litúrgico durante todo o ano. As festividades e cerimônias fúnebres desempenhavam importância vital na vida das vilas e cidades. Ao serem responsáveis pela constituição das capelas, as irmandades adquiriam importância ímpar na configuração do solo urbano, seja em sua materialidade propriamente dita ou na promoção dos encontros sociais, seja em termos das relações econômicas e redes de poder. Sua intervenção ia desde uma demarcação simbólica da territorialidade até a modificação do espaço construído, abrindo

---

23 Veiga, *Almanach Sul-Mineiro para 1874*.

24 Mara Regina do Nascimento, “As Irmandades no Meio Urbano: Práticas Funerárias e Religiosidade entre os Leigos. Porto Alegre, Século XIX”, *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina*, 2005, p. 2.

caminhos e edificando residências nas imediações das capelas. As confrarias eram fenômenos tipicamente urbanos, “sobretudo numa época em que tais sensibilidades eram muito mais presentes no cotidiano das populações, num tempo regulado pelo calendário litúrgico, pelos feriados santos, pelo toque de sinos e pelas missas matutinas”.<sup>25</sup>

## **Dos templos erguidos aos templos ao chão: capelas, benfeitores e irmandades**

As capelas possuíram papel determinante no início dos povoamentos, bem como nos processos de elevação dos pequenos agrupamentos às categorias de arraial, freguesia, vila e cidade. Muitos devotos e irmandades ansiaram pelo patrocínio e construção de templos dedicados a padroeiros diversos. A obra da igreja matriz de Campanha, por exemplo, já uma segunda edificação, em substituição a uma capela anterior erguida por volta de 1742,<sup>26</sup> foi iniciada no fim do século XVIII por iniciativa da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Localizada no centro da colina, era o maior templo da cidade,<sup>27</sup> como se observa na fotografia de 1897 (Figura 1), sendo feita de taipa e com altares de talha.<sup>28</sup> Em um deles ficava uma rica imagem do Senhor dos Passos, de tamanho natural (que, ao que se dizia, teria vindo

---

25 Nascimento, “As Irmandades no Meio Urbano”, p. 8.

26 A segunda construção foi realizada alguns metros acima da primeira. Antônio Casadei, *Notícias históricas da cidade da Campanha: Tradição e cultura*, Niterói: Serviços Graf. Impar, 1987, p. 37.

27 Era de interesse da irmandade que a obra fosse conduzida pelo mestre Francisco de Lima Cerqueira, de quem teria sido o risco dessa matriz. No período, ele estava encarregado da Igreja de São Francisco de Assis de São João del Rei, e, por isso, teve de repassar a execução do serviço a outro mestre por ele aprovado. “A pedra fundamental para a construção da igreja foi instalada em 21 de janeiro de 1787 e 35 anos decorreram até que fosse terminada”. Vargas, “Apropriações do espaço e representações da paisagem”, p. 289.

28 Optou-se, neste artigo, por expor algumas fotografias das igrejas abordadas na pesquisa, tendo em vista, sobretudo, o fato de todas terem passado por grande modificação em reformas ou terem sido demolidas. Não é objetivo deste trabalho, entretanto, desenvolver uma análise pormenorizada das imagens e arquitetura dos templos.

de forma irregular de uma igreja de São João del Rei). De acordo com Bernardo Saturnino da Veiga, naquela época os moradores concorriam com esmolas para a conclusão da matriz, ainda que os cofres provinciais também arcassem com diversas quotas, sendo então construídas suas duas torres. Em frente à matriz erguia-se um cruzeiro, como testemunho da passagem de missionários capuchinhos em 1850, onde anteriormente teria sido erguido um pelourinho para açoite de escravizados.

Também foram citados os nomes de dois benfeitores da matriz, o major João Rodrigues de Macedo e o cônego Antônio Felipe de Araújo (antigo vigário da cidade, depois deputado da Assembleia Geral Legislativa e vice-presidente de Minas, que teria, inclusive, se dedicado à construção da capela do Santíssimo Sacramento, tendo falecido em 1857 no Rio de Janeiro).<sup>29</sup> A existência da Irmandade do Santíssimo Sacramento e da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, ambas organizadas na matriz, foi referida no Almanach Sul-Mineiro, sendo apontados os membros que se destacavam em cargos dirigentes naquele ano.<sup>30</sup>

---

29 Veiga, *Almanach Sul-Mineiro para 1874*

30 Em 1874, compunham a Mesa Administrativa do Santíssimo Sacramento o provedor alferes Alexandre Pinto de Menezes; a provedora D. Vitalina de Novaes Rezende (também identificada como irmã da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês); o secretário Antônio Dias de Castro; o tesoureiro alferes João Ignácio da Silva Araújo; e o procurador capitão Cândido Ignácio Ferreira Lopes. Este último também era membro com cargo diretivo na Irmandade das Dores e possuía escravos na Irmandade das Mercês, que atuaram como irmãos de mesa. Na Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, compunham a Mesa o tesoureiro Antônio Carlos Moinhos Vilhena; o secretário alferes Sebastião José de Paiva; os procuradores João da Matta e Souza e Antônio José Tiburcio (também membro das Mercês); estando vago o cargo de juiz. Veiga, *Almanach Sul-Mineiro para 1874*.

Figura 1: Matriz de Santo Antônio, 1897



Fonte: Cruz, “Cidade difusa”, p. 321.

A modesta Igreja de Nossa Senhora do Rosário, segundo o autor, foi construída também no fim do século XVIII, em direção sul e no ponto mais alto da colina, onde findavam as moradias (Figura 2). Com tamanho regular e feita de taipa, sua obra partia das contribuições da Irmandade do Rosário, composta “em quase sua totalidade de escravos”, regida por Compromisso de 1822. Em frente, em campo aberto, eram feitos os sepultamentos daqueles que, por estado de pobreza, não podiam ser enterrados dentro das igrejas, enquanto não havia cemitério público na cidade. Ocupavam os cargos diretivos, em 1874, o juiz Isaac, escravo do capitão José Justino Gomes

de Moraes (sub-prior da Ordem Terceira do Carmo); a juíza Esperança, escrava do tenente-coronel José da Cruz e Alvarenga;<sup>31</sup> os tesoureiros Prudêncio Cândido de Miranda e José Luiz de Araújo Ribeiro; e o procurador Adão Pereira Lagos.<sup>32</sup>

**Figura 2: Igreja do Rosário, 1903, Acervo do Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort**



Fonte: Herbert de Godói Custódio, *Dossiê de Tombamento do Terno de Congada de Nossa Senhora do Rosário da Campanha*, Seção de Cultura e Patrimônio Histórico Municipal, Campanha, Minas Gerais, 2016, p. 57.

Além da matriz de Santo Antônio e da capela do Rosário, outros templos foram erguidos em meio ao desenvolvimento urbano e ao interesse de seus habitantes. Ainda no século XVIII, antes mesmo de se tornar vila, um

31 José da Cruz e Alvarenga, apontado como eleitor geral em Campanha, também possuiu escravizados associados à Irmandade da Senhora das Mercês.

32 Veiga, *Almanach Sul-Mineiro para 1874*.

requerimento foi encaminhado ao Conselho Ultramarino pelos moradores do arraial e freguesia da Campanha do Rio Verde, pedindo confirmação de licença para a ermida de Nossa Senhora das Dores (sua ereção, celebração de missas e sepultamentos), autorizada em 1799. Era alegado pelos fiéis que, em dias de chuva, o caminho de subida até a matriz era de difícil passagem e, para legitimarem seu argumento, recorreram ao testemunho do juiz ordinário, tenente-coronel Francisco de Sales Xavier Toledo.<sup>33</sup>

Um segundo requerimento foi enviado em nome de José de Jesus Teixeira, aludido como protetor, e outros devotos das Dores. Em um dos documentos desse compilado havia a referência aos “irmãos e mais devotos da mesma Irmandade”, indicando a existência de uma agremiação dedicada à invocação no arraial. Também eram informadas as licenças concedidas pelas autoridades civil e eclesiástica, o ouvidor, corregedor e provedor das capelas da Comarca do Rio das Mortes e o bispo diocesano, sendo necessária ainda uma confirmação régia.<sup>34</sup> A edificação da igreja, no entanto, já devia estar em andamento, visto que, segundo Bernardo Saturnino da Veiga, ela foi construída já em pedra com investimento do mineiro português José de Jesus Teixeira (que residia no largo),<sup>35</sup> em 1799, data gravada no alto de sua porta principal. A capela contava com três altares, pinturas feitas pelo “distinto artista Bolina” e uma torre, demolida posteriormente por se encontrar em perigo de desabamento.<sup>36</sup> A igreja passou

---

33 AHU, *Requerimento dos moradores do arraial e freguesia da Campanha do Rio Verde*, ant. 1799, cx. 149, doc. 64.

34 AHU, *Requerimento de José de Jesus Teixeira e outros devotos*, ant. 1800, cx. 152, doc. 33.

35 Contavam antigas memórias da cidade que José de Jesus Teixeira foi acusado injustamente e sua casa cercada para sua prisão. Seus escravos, em grande número, se opuseram àquela intenção, que não se efetuou de fato, e, em agradecimento, fora-lhes concedida a liberdade. Veiga, *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Na Décima Predial de 1811, José de Jesus Teixeira aparece como morador na Rua Direita, pagando aluguel anual de trinta e seis mil réis, com a indicação de ser vizinho da Igreja das Dores. Ele também era proprietário de outras casas descritas no arrolamento. Um quadro com as informações deste documento pode ser visto em, Cruz, “Cidade difusa”, p. 174.

36 Veiga, *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Francisco Paula de Rezende, um jurista, parlamentar e importante memorialista nascido em Campanha em 1832, informa que a igreja era a única que possuía forro pintado. Francisco de Paula Ferreira de Rezende, *Minhas recordações*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

por reforma em 1860, tendo arcado com os gastos, sobretudo, o capitão José Coelho Gomes Ribeiro, Antônio Evangelista Pereira e o professor público Zeferino Dias Ferraz da Luz. Este último teria sido responsável por providenciar o Compromisso à confraria ali criada.<sup>37</sup>

Outro templo a ser edificado foi o de São Sebastião, mas sobre ele não foi encontrada nenhuma documentação. Ao que parece, a princípio era uma pequena capela feita por Antônio Garcia do Amaral, com festividade celebrada anualmente no dia 20 de janeiro. Com a morte de seu benfeitor, a responsabilidade foi passada a João Luiz de Araújo Ribeiro, que empreendeu a construção da capela existente em 1874 (Figura 3). Seu altar-mor foi promovido e executado por sua filha, genro e netos em 1851. Durante a escrita do Almanach, a igreja passava por reforma, pela iniciativa do procurador Manoel José Alves.<sup>38</sup>

---

37 Funcionava na cidade duas escolas primárias e uma aula noturna gratuita, fundada pelo professor Zeferino, frequentada quase que exclusivamente por escravizados. Também havia uma escola de ensino particular para meninas e duas particulares para meninos. Em 1874, eram listados como protetores perpétuos da Confraria das Dores D. Isabel Princesa do Brasil e Conde d'Eu; e como dirigentes o provedor capitão Cândido Ignácio Ferreira Lopes (também atuante no Santíssimo Sacramento e eleitor geral); a provedora D. Porcina Alexandrina Bueno da Veiga; o vice-provedor vigário José Theophilo Moinhos de Vilhena (também presente na Irmandade das Mercês); o tesoureiro tenente-coronel Bernardo Saturnino da Veiga; o secretário alferes Antônio de Araújo Lobato; e o procurador tenente João Pedro de Alvarenga. Veiga, *Almanach Sul-Mineiro para 1874*.

38 Veiga, *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Vale ressaltar que a primeira igreja construída era alinhada à antiga Rua do Fogo, sendo a segunda estabelecida alguns metros acima, recuada em relação à rua, onde hoje há uma praça. No século XX, em 1968, foi finalizada a obra de uma nova Igreja de São Sebastião (a atual). Custódio, *Dossiê de Tombamento do Terno de Congada*, p. 67.

Figura 3: Igreja de São Sebastião, s/d



Fonte: Cruz, “Cidade difusa”, p. 387.

A quinta igreja a ser erguida foi dedicada a São Francisco de Assis, localizada no Largo que levaria seu nome. Ali, segundo o escritor do Almanach, “vê-se hoje um extenso cercado que tem ao lado da rua do Conde d’Eu, antiga do Comércio, uma casa de grande dimensão, para a qual dá entrada um largo portão em frente de outro colocado na extremidade oposta. É esse edifício a praça do mercado, propriedade da câmara municipal”.<sup>39</sup>

A igreja, demolida por estar em ruína, pertencia à Arquiconfraria de São Francisco de Assis, designada “dos homens pardos de Campanha”, e teria sido construída em 1809, no quarteirão entre a Rua do Fogo e a Rua do Comércio, onde posteriormente foi construído o Mercado Municipal, concluído em 1869, segundo Antônio Casadei. Ainda é mencionada por este historiador uma contenda existente com o vigário José de Souza Lima, “que não concordava em se privar de sua jurisdição eclesiástica sobre a

39 Veiga, *Almanach Sul-Mineiro para 1874*, pp. 56-57.

referida entidade”. O conflito levou à confecção de uma representação da arquiconfraria dirigida a Dom João VI em 1818, solicitando a isenção da jurisdição paroquial em sua capela. Nesse documento havia referência de aprovação e confirmação da agremiação em 1814, sob o agenciamento de seu procurador Joaquim Gomes de Santana. Antônio Casadei também transcreveu um documento do ministro provincial, Frei Francisco Solano Benjamin, enviado do Real Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, em 1817. Era comissário, no período, o padre Francisco José de Sampaio, que também se envolveu no confronto com a paróquia. Ao que parece, as ações do vigário levariam à interrupção das atividades no templo, que perderia sua finalidade e encontraria a ruína.<sup>40</sup>

Já a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, datada por volta de 1815, ficava em leve aclive no entrecruzamento da Rua do Fogo com a Rua da Misericórdia. A Rua do Fogo, onde foi construída a Casa de Câmara e Cadeia, era a segunda da vila com o maior número de casas na Décima Predial de 1811, com um total de 75 residências, ficando atrás apenas da Rua Direita, com 79 habitações.<sup>41</sup> O templo estava próximo à Arquiconfraria de São Francisco dos Homens Pardos, e, segundo Cícero Ferraz, “estas duas igrejas foram construídas em amplos espaços em uma parte da vila em que os valores médios das casas eram altos, portanto em uma região valorizada”.<sup>42</sup> O memorialista Vinícius Vilhena de Moraes afirma que a demolição desta igreja ocorreu em 1950, sem justificativa aparente.<sup>43</sup>

Diferentemente das três primeiras igrejas do século XVIII, como se pode ver na figura 4, as três novas construções, empreendidas após a elevação do arraial ao estatuto de vila, não possuíam magnitude, sofisticação ou proeminência visual proporcionada por boa altura. Elas foram “construídas em uma região mais baixa e em circunstâncias diferentes”, visto que “as irmandades religiosas construíram suas igrejas nas regiões

---

40 Casadei, *Notícias históricas da cidade da Campanha*, pp. 45, 85, 93-97.

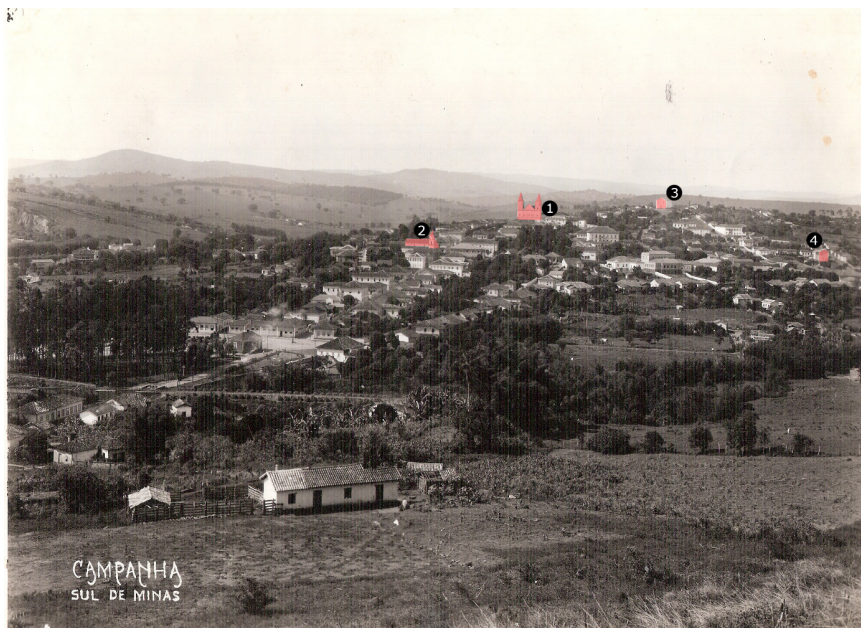
41 Cruz, “Cidade difusa”, p. 178.

42 Cruz, “Cidade difusa”, p. 132.

43 Vinícius Vilhena de Moraes, *Campanha que conheci e vivi*, B. H. R. Editorial, 1988, p. 49.

mais povoadas e não escolhendo um novo sítio para erguê-las como foram os casos da Matriz e da Igreja do Rosário”.<sup>44</sup> A escolha do sítio no qual seria erguida a edificação era de suma importância, levando-se em consideração vários critérios. Eram locais prestigiados ou estratégicos, em posição de realce no terreno urbano, em pontos movimentados, com maior circulação de pessoas, nos caminhos entre as vilas e os arraiais. No entanto, a localização escolhida não dependia apenas dos confrades, sendo necessário o aval de autoridades civis e eclesiásticas.

**Figura 4: Vista panorâmica da área central de Campanha, 1937, Acervo do Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort**



Fonte: Custódio, *Dossiê de Tombamento do Terno de Congada*, p. 58. Destaques de autoria pessoal. Legenda: (1) Matriz de Santo Antônio, (2) Igreja das Dores, (3) Igreja do Rosário e (4) Igreja das Mercês. Na imagem não é possível visualizar as Igrejas de São Sebastião e da Arquiconfraria de São Francisco de Assis (já demolida).<sup>45</sup>

<sup>44</sup> Cruz, “Cidade difusa”, p. 132.

<sup>45</sup> Um agradecimento especial deve ser conferido ao historiador da prefeitura de Campanha, Herbert Custódio, por disponibilizar o dossiê de tombamento e esta imagem.

Pelas palavras do Almanach Sul-Mineiro, a igreja da Senhora das Mercês era um pequeno e pobre templo de taipa socada, no alto de largo pouco espaçoso, tendo sua construção mediada pelo tenente Francisco Ribeiro Mendes, Hilário Pereira Brandão e João Chrysostomo das Chagas (Figura 5). Não contou com nenhum auxílio dos cofres provinciais, sendo construída por seus próprios devotos. O Compromisso que rege esta irmandade foi obtido por seu protetor, o capitão Francisco Ferrão de Almeida Trant. Outra figura que se destacara como protetor da agremiação era o capitão Francisco Pinto de Oliveira Andrade (ambos referidos também como eleitores gerais em Campanha). Em 1874, a Mesa Administrativa era composta pelos juizes capitão Francisco Pinto de Oliveira Andrade e capitão Francisco de Assis Gomes Midões; o tesoureiro João Baptista de Mello Franco; o secretário Francisco Ribeiro da Silva Barra; os procuradores Joaquim Bernardino Gonçalves Leite e Balbino Antônio Silvério; e os zeladores vigário José Theophilo Moinhos de Vilhena e capitão Francisco Ferrão de Almeida Trant.<sup>46</sup> Francisco de Paula Ferreira de Rezende, também em relato do século XIX, apontava ser a Igreja das Mercês pertencente aos pardos, questão a ser abordada a seguir.<sup>47</sup>

---

46 Veiga, *Almanach Sul-Mineiro para 1874*.

47 Rezende, *Minhas recordações*.

Figura 5: Igreja das Mercês, 1903



Fonte: Cruz, “Cidade difusa”, p. 386.

Mais distante, no lugar chamado “Árvores Bonitas”, existia ainda uma capela da Santa Cruz, construída por promoção do português José Fernandes Veloso Guimarães. No dia 3 de maio ocorria anualmente uma romaria até essa capela, da qual participava quase toda a população.<sup>48</sup> Em um lugar chamado “Campo Grande”, na extremidade oposta, foi erguida uma pequena ermida sob a mesma invocação, para a qual também

---

48 “Resta ainda, para encerrar, uma referência à primitiva Capela de Sta Cruz, construída por volta do ano de 1848, fora do perímetro urbano, na localidade denominada de Árvores Bonitas, e consumida por um incêndio tido como criminoso. Substituindo-a a segunda Capela, em 1895, em uma elevação no fim do Bairro das Almas e, mais tarde, por se achar em ruínas, foi demolida, até que, em seu lugar, foi edificada a terceira e atual Capela de Santa Cruz, em 1938, no mesmo belo e aprazível local.” Casadei, *Notícias históricas da cidade da Campanha*, p. 46.

se direcionava romaria no dia 3 de maio.<sup>49</sup> A Santa Casa de Caridade,<sup>50</sup> por sua vez, foi criada por lei em 1836, pelas providências dos vereadores da Câmara Municipal.<sup>51</sup> Nela também foi realizada a construção de um cemitério, ainda que existisse outro a uma pequena distância. Antônio Casadei afirma que a administração da Santa Casa coube à Irmandade de Nossa Senhora do Patrocínio, sobre a qual não foi encontrado nenhum documento.<sup>52</sup> Em 1872, foi ainda iniciada a construção da Capela de São Miguel, junto àquele cemitério da cidade, concluído em 1843 e fechado em 1913, quando foi inaugurado o cemitério municipal. O terreno desse antigo cemitério paroquial foi loteado e vendido, sobre o qual foram construídas ruas e residências.<sup>53</sup>

Bernardo Saturnino da Veiga também teve a intenção de mencionar o estado das irmandades, insinuando uma situação de abandono na qual se encontrava a maior parte delas, com exceção à Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, ainda muito concorrida e apreciada pelas pessoas mais distintas da localidade, erguida pelo tenente-coronel Manoel Ignácio Gomes Valladão (mencionado como eleitor especial em Campanha). A Mesa

---

49 A atual Igreja do Rosário (a cerca de um quilômetro de distância do antigo largo) está situada na Avenida 02 de outubro, uma importante via, na região sul da cidade, que faz ligação entre o centro e os bairros mais afastados e rurais, como o bairro Campo Grande, de maior população rural do município. Custódio, *Dossiê de Tombamento do Terno de Congada*.

50 Há um documento da Santa Casa de Misericórdia de Campanha de 1860 no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (arm. 4130).

51 A primeira Mesa Diretora foi formada por vários membros da Câmara, sendo o provedor Dr. Tristão Antônio de Alvarenga, o secretário comendador Francisco de Paula Ferreira Lopes (também localizado como juiz da Irmandade das Mercês), o tesoureiro João Rodrigues de Macedo (citado como benfeitor da matriz), e os mordomos Antônio Luiz de Souza, Cândido Bueno da Costa, padre Flávio de Moraes Salgado, Domingos Ferreira Lopes, Miguel Ferreira Vitorino, Domingos de Oliveira Carvalho, João Chrysostomo das Chagas (membro da Irmandade das Mercês e um dos responsáveis pela construção da capela), José Vicente Valladão e Bernardo Jacintho da Veiga (vereador e posterior conselheiro). Casadei, *Notícias históricas da cidade da Campanha*, p. 64.

52 Casadei, *Notícias históricas da cidade da Campanha*, pp. 65, 85, 93-97.

53 O vigário José Theofilo Moinhos de Vilhena teria se envolvido em conflito com a Câmara Municipal sobre a direção do cemitério no final do século XIX. Casadei, *Notícias históricas da cidade da Campanha*, pp. 68-69; Rezende, *Minhas recordações*.

diretora do Carmo era composta, em 1874, pelo prior major Mathias Antônio Moinhos de Vilhena; sub-prior capitão José Justino Gomes de Moraes; secretário José Maria Campo Verde Júnior; tesoureiro Antônio de Souza e Silva Brito; e procurador tenente-coronel Manoel Ignácio Gomes Valladão.<sup>54</sup> Ao mencionar a Ordem Terceira do Carmo, o memorialista Francisco de Paula Ferreira de Rezende, em suas recordações escritas a partir do ano de 1887, aponta que:

assim como em toda a parte, era também na Campanha uma das mais apreciadas, das mais concorridas, e ao mesmo tempo, das mais aristocráticas. E com efeito, não só muito poucos eram os homens de uma certa ordem que não se achassem alistados naquela confraria; mas pode-se ainda dizer que raríssima era a senhora de uma certa posição e de uma certa idade para cima que dela não fizesse parte.<sup>55</sup>

Em sua narrativa, o memorialista abordou também suas percepções sobre as festas do Rosário e do Carmo, não deixando de transparecer o olhar crítico e pejorativo em relação às celebrações dos pretos, compostas por grande número de escravizados. Os festejos destes foi caracterizado como barulhento e anárquico. A ênfase auditiva, comum a diversas tradições culturais africanas, como, por exemplo, nos rituais em torno da morte, poderia fazer referência à importância dada às músicas, à utilização de instrumentos variados e às danças. Para ele:

ao passo que aquela festa dos pretos era uma festa, alegre sim, mas muito barulhenta, um pouco anárquica e extremamente ridícula; esta dos brancos, pelo contrário, era extremamente séria, ou era feita com a maior ordem e com toda a regularidade. Muito simples, entretanto, ela quase que se reduzia ao seguinte: no dia do costume, as irmãs do Carmo com o seu vestido preto, escapulário ao peito, e um véu branco na cabeça, dirigiam-se para a casa da priora; feita ali a reunião ou chegada que era a hora, todas aquelas irmãs incorporadas conduziam a priora para a igreja; e quando a esta chegavam, já na porta se achava o capeio da irmandade que ali a esperava e que à frente de todos os irmãos que ali também se achavam com tochas acesas e revestidos com

54 Veiga, *Almanach Sul-Mineiro para 1874*.

55 Rezende, *Minhas recordações*, p. 236.

os seus hábitos pretos, capa branca, escapulário ao pescoço e a correia na cintura, a conduzia para a capela-mor; e dava-se então começo aos ofícios religiosos. Quando estes terminavam a priora era conduzida a uma cadeira de espaldar ou a uma espécie de trono que se fazia junto ao arco-cruzeiro; e ali todos os irmãos e mais pessoas presentes iam lhe beijar a mão; e estava terminada a festa.<sup>56</sup>

Ao descrever uma solenidade do Carmo, por outro lado, atribuiu elementos como a seriedade, a ordem e a simplicidade cristã, fornecendo, ainda, breve relato sobre a participação feminina no meio associativo leigo, ao enfatizar a posição de proeminência das prioras, os trajes utilizados e os costumes, como a prática de beijar-lhe a mão. Para além dos informes sobre os rituais religiosos de seus moradores, com suas igrejas e irmandades, os memorialistas também apresentaram inúmeros aspectos da vida em Campanha, incluindo dados demográficos ou contextos políticos, apontando os responsáveis pela administração da justiça, pela polícia e pela câmara municipal, alguns deles aparecendo como personagens importantes em redes de sociabilidades que se entrecruzavam ao universo confraternal leigo.<sup>57</sup>

56 Rezende, *Minhas recordações*, pp. 236-237.


57 Bernardo Saturnino da Veiga não deixou de citar o movimento separatista de criação da “Minas do Sul”, em 1854, operado por Antônio Simplício de Salles, Antônio Dias Ferraz da Luz e Lourenço Xavier da Veiga, considerados exemplos de “inteligência, ilustração e patriotismo”. A cidade contava com 13 eleitores e tinha 562 qualificados como votantes. Eram eleitores gerais Dr. Francisco Júlio da Veiga, capitão Cândido Ignácio Ferreira, tenente Joaquim Gonçalves Ferreira, tenente-coronel José da Cruz e Alvarenga, capitão Justino Xavier de Mello Lisboa, capitão Francisco Ferrão de Almeida Trant, Olympio Ignácio dos Reis, Dr. José Maria de Moura Leite, João Possidonio dos Reis, Ignácio José de Alvarenga, capitão Francisco Pinto de Oliveira Andrade, Dr. Joaquim Caetano da Silva Guimarães, Evaristo Herculano de Paiva Coutinho. Dentre os eleitores especiais, estavam o tenente-coronel Manoel Ignácio Gomes Valadao, Dr. Antônio Polycarpo de Meirelles Enout, José Antônio dos Reis, Francisco Antônio de Carvalho, Leônidas João Ferreira, Joaquim Carvalho de Oliveira, Joaquim Borges da Costa, capitão João Antônio da Fonseca, Domingos Theodoro de Carvalho, José Bento Rodrigues do Nascimento, Antônio Alves Campos, Evaristo de Salles Cardoso, e o alferes Thomé da Silva Lemes. Veiga, *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Os direitos políticos, no Império do Brasil, eram estabelecidos por critérios censitários, limitados a quem tivesse renda suficiente para fazer parte do jogo eleitoral. Eram cidadãos todos os homens livres e libertos nascidos no Brasil, bem como portugueses que permaneceram e estrangeiros que se naturalizaram. A noção de cidadania possibilitou a inclusão parcial dos libertos, restrita aos

## No rastro das irmandades de Campanha da Princesa: origens, agenciamento e composição étnico-social

A distinção das classes era de tal natureza, que não só cada uma das classes procurava ter sempre a sua igreja própria; mas que ainda os próprios santos dos céus pareciam não pertencer a todos; pois que ao passo que os brancos podiam pertencer a todas as irmandades sem a menor exceção, e tinham algumas que exclusivamente lhes pertenciam, como a *do Santíssimo*, *dos Passos* e *a do Carmo*, por exemplo; por outro lado, os pardos parece que não tinham licença senão de serem *irmãos das Mercês e da Boa-morte*; caso não quisessem ir ser também *irmãos do Rosário e S. Benedito*, que com Santa Efigênia e Santo Elesbão, parece que eram os únicos santos que os pobres pretos tinham o direito de adorarem ou pelo menos de tomarem por patronos. Os pardos, porém, quase nunca se utilizavam deste último privilégio; porque, se os brancos não se dignavam de descer até eles, eles muito menos ainda se prestavam a descer até os pretos. Assim, sem falar na *igreja de S. Francisco*, que eu ainda alcancei mas que pouco depois foi demolida, das cinco igrejas que existiam na Campanha e que eram a Matriz que tinha por orago a Santo Antônio, *a das Dores, de São Sebastião*, a das Mercês e a do Rosário, as três primeiras pertenciam aos brancos, a quarta aos pardos e a última aos pretos.<sup>58</sup>

A citação acima, amparada pelas recordações de um tradicional morador da Campanha Oitocentista, nos apresenta um bom panorama das irmandades religiosas e seus templos, que dispersavam os fiéis em conformidade com as classificações étnico-sociais e categorias como qualidade social e condição jurídica. A subdivisão de grupos sociais por determinadas devoções foi reiterada por um dos primeiros estudiosos do fenômeno confraternal nas Minas Gerais, e, embora as sistematizações estabelecidas por Fritz Teixeira de Salles proporcionassem uma primeira aproximação da dinâmica associativa, o avanço das pesquisas historiográficas demonstrou

---

nascidos no território. Mascarada pela ausência da mácula da ancestralidade africana, se consolidavam critérios de desigualdade e antigas clivagens entre “nacionais” e africanos. Renata Romualdo Diório, “Os libertos e a construção da cidadania em Mariana, 1780-1840”, Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 153, .

58 Rezende, *Minhas recordações*, p. 184-185, Grifo nosso.

que, na prática, as relações sociais tecidas no interior e entre instituições eram bem mais fluidas.<sup>59</sup>

O historiador Caio Boschi elaborou um importante levantamento documental ainda na década de 1980, publicado como anexo a sua obra “Os Leigos e o Poder”,<sup>60</sup> no qual afirmava existirem pelo menos quatro irmandades em Campanha até o ano de 1822, a saber: a Irmandade do Santíssimo Sacramento, cujo documento mais antigo datava de 1742;<sup>61</sup> a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, datada por ele de 1800; a Irmandade do Senhor dos Passos, de 1816;<sup>62</sup> e a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, de 1820. Tais marcações temporais se referiam, sobretudo, a documentos encaminhados à diocese em Mariana, à Mesa da Consciência e Ordens,<sup>63</sup> localizados no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, ou ainda pelos Compromissos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal. Em consulta ao Arquivo da Cúria Diocesana de Campanha, verificam-se outras fontes que escaparam à compilação de Caio Boschi, que permanece como ponto de partida para muitos estudos.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, reivindicava, a partir de uma Provisão Régia da capela, referida em seu Compromisso, que sua atuação na localidade vinha ocorrendo desde a década de 1760.<sup>64</sup> Foram encontrados dois livros de Compromisso, um de


---

59 Fritz Teixeira de Salles, *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*, Belo Horizonte: UFMG, 1963.

60 Boschi, *Os Leigos e o Poder*, p. 222.

61 No Arquivo da Cúria Diocesana de Campanha há um livro de termos de entradas datado de 1745-1762 (Livro 1), bem como um livro de receita e despesa, de 1778-1820 (Livro 2). Há um documento da Irmandade do Santíssimo Sacramento no Arquivo da Arquidiocese de Mariana, datado de 1854, localizado no armário 3848.

62 Não foi encontrada nenhuma fonte documental sobre uma Irmandade do Senhor dos Passos.

63 Em 08 de março de 1765 foi expedida uma provisão pela Mesa da Consciência e Ordens, responsável pelos assuntos de ordem religiosa, que notificava a obrigatoriedade de irmandades confirmarem seu Compromisso neste Tribunal. Marcos Magalhães Aguiar, “Vila Rica dos confrades. A sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993, .

64 ACDC, *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Leal Vila de Campanha da Princesa*, livro 04.

1800, no Arquivo Histórico Ultramarino,<sup>65</sup> e outro, com data de aprovação de 1822, no Arquivo da Cúria Diocesana de Campanha.<sup>66</sup> Um requerimento foi enviado ao Conselho Ultramarino com o intuito de alcançar a confirmação de suas normas, recebendo pareceres favoráveis dos conselheiros e procuradores régios em 1805 e 1806, após consulta ao juiz de fora da vila de Campanha, José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa, que indicava algumas alterações necessárias. Dentre as restrições sugeridas e informadas ao governador da Capitania Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, estava a existência de uma propriedade de casas para auxílio de irmãos pobres e desvalidos, justificada pelo juiz de fora pelos poucos rendimentos adquiridos por se tratar de uma agremiação composta por “quase todos cativos”. Além disso, o juiz se opunha que a irmandade fiscalizasse se os senhores de irmãos enfermos lhes assistiam, para que, do contrário, fossem constrangidos a isso. Era apontado ser “tudo isto muito estranho dos fins da mesma Irmandade, composta de pretos cativos”, já que desta prática se seguiriam sérias desordens.<sup>67</sup> Interessante mencionar que na Décima Predial de 1811 foram contabilizadas duas casas da Irmandade do Rosário na rua de mesmo nome, uma de aluguel anual de sete mil e duzentos réis e outra de quatro mil réis.<sup>68</sup>

---

65 AHU, Cód. 1534 (1) – CÓDICES, *Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos homens pretos, Vila da Campanha da Princesa*, 1800.

66 ACDC, *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Leal Vila de Campanha da Princesa*, livro 04.

67 AHU, *Requerimento da Irmandade do Rosário para confirmação de Compromisso*, ant. 1802, cx. 163, doc. 29; AHU, *Consulta ao Conselho Ultramarino sobre o requerimento da Irmandade do Rosário de Campanha*, 1805, cx. 177, doc. 41. O Compromisso dizia que “quando o irmão doente seja daqueles que seus senhores os lançaram a peregrinar depois de os haverem desfrutados em tempo de saúde, e sem compaixão deles os deixam morrer pelas ruas, e campos, como infelizmente sucede, terá a Irmandade uma casa para recolhimento de semelhantes irmãos a se curarem, sendo o senhor dele obrigado a concorrer para o seu curativo conforme lhe arbitrar o Provedor das Capelas a quem a Mesa requererá para assim o mandar conforme o estabelecimento de cada um, com pena de pagar vinte oitavas de ouro para as despesas da dita casa”. AHU, Cód. 1534 (1) – CÓDICES, *Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos homens pretos, Vila da Campanha da Princesa*, Capítulo IX, 1800.


68 Cruz, “Cidade difusa”, p. 183.



Uma das principais funções propostas pelas confrarias era o auxílio mútuo entre membros, desempenhado por todos, e, sobretudo, pelos que ocupavam cargos administrativos anualmente, como o empenho para a aquisição da alforria por irmãos cativos nas irmandades negras. O amparo ao enfermo e ao falecido esteve presente em todas as agremiações, mas algumas delas foram além, abarcando outros segmentos. Utilizava-se, de forma estratégica, o discurso dos benefícios serem direcionados aos irmãos zelosos, obedientes, que cumprissem com as normas estabelecidas em Compromisso.<sup>69</sup> O maior intermédio talvez não estivesse no custeio das libertações, dado o número considerável de escravos que poderia pleitear o auxílio, mas na exigência de fiadores no sistema de coartação, na prestação de suporte jurídico para casos de conflitos em acordos firmados entre senhor e escravo, e, no caso das alforrias por arrematação em praça pública, “pessoas de crédito assumiam como seus os escravos e comprometiam-se a pagá-los a prazo. Nestas duas situações, a possibilidade de o escravo dispor de uma rede de relações que o colocasse em contato com pessoas de crédito era fundamental”.<sup>70</sup> Os grêmios tornaram-se meios de aproximação a instrumentos de defesa e ação, aos aparatos jurídicos e às formas de negociação e representação social. Muitos escravizados e forros acionaram a justiça, em geral com procuradores intermediários, justificando suas demandas em prol da libertação individual ou contra a reescravização.<sup>71</sup>

No “Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Leal Vila de Campanha da Princesa” constam alguns documentos anexados pelos membros. Um deles é um requerimento dos oficiais, informando que iriam enviar uma solicitação ao Tribunal da Mesa

---

69 Teixeira, *A quebra dos grilhões*.

70 Marcos Magalhães Aguiar, “Negras Minas Gerais: uma história da diáspora africana no Brasil Colonial”, Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 326, .

71 Cf. Eduardo França Paiva, “Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial”, *Revista de História*, 133 (1995), pp. 49-57, ; Fernanda Pinheiro, “Em defesa da liberdade: libertos e livres de cor nos tribunais do Antigo Regime português (Mariana e Lisboa, 1720-1819)”, Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013, .

da Consciência, e, por isso, precisavam que o Senado da Câmara atestasse que a irmandade havia feito a capela a suas custas. Tal informe foi assinado pelo Senado em 31 de julho de 1813. Também havia um requerimento solicitando que o escrivão da Câmara lhes passasse por certidão o teor de uma Provisão Régia concedida à Irmandade no ano de 1760, que se achava registrada no livro da Câmara.<sup>72</sup> Alexandre Pinto de Aguiar, o escrivão da Câmara, emitia certidão em 16 de agosto de 1813, certificando que encontrou uma Provisão no Livro Terceiro de Registro das Ordens Régias, no verso da folha 64, com um requerimento enviado pela mesma Irmandade do Rosário, pedindo que a Provisão fosse copiada naquele livro e depois devolvida aos irmãos, com uma referência à data de 28 de dezembro de 1812.

Ainda sobre os devotos do Rosário, em suas normas fora estabelecido que

é muito conveniente ao serviço de Deus, de Nossa Senhora, e bem das Almas dos Fiéis, que nesta Irmandade hajam de assentar-se para Irmãos dela, *todas aquelas pessoas* que por sua devoção quiserem servir a Nossa Senhora do Rosário, *tanto eclesiásticos, como seculares, homens, mulheres, brancos, pardos, pretos, assim escravos como libertos*, sem determinar-se número certo de irmãos.<sup>73</sup>

Como em outras localidades da Capitania de Minas Gerais, não foram estabelecidas interdições, nem demonstradas distinções ou desavenças entre africanos de diferentes procedências ou em relação aos crioulos. Para além dos critérios de admissão ou restrição de novos membros, no Compromisso havia outras informações relevantes, como o fato já mencionado de os confrades terem construído a capela a sua custa, com serviços dos irmãos que trabalhavam nas horas vagas e com esmolos, “sem que a Irmandade fabriqueira ajudasse”. Por meio do documento, buscava-se autonomia em relação ao pároco, visto que os irmãos do Rosário não tinham “lugar na Igreja Matriz”.

72 Antonio Casadei também cita a Provisão Régia para a capela de 1759. Casadei, *Notícias históricas da cidade da Campanha*, p. 45.

73 ACDC, *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Leal Vila de Campanha da Princesa*, livro 4, p. 09, Grifo nosso.

Em capítulo específico, também era indicado o procedimento de registro de novos membros, sendo necessário informar se era escravo e o nome de seu proprietário, além de apontar ser “de tal nação, ou qualidade”.<sup>74</sup> Outros santos foram alocados na igreja, e, conforme a devoção de seus respectivos juizes, procuradores e irmãos de mesa, seriam realizadas as festas de São Benedito, Santo Elesbão, Santa Efigênia e Nossa Senhora do Parto, entre os dias 25 e 28 de dezembro. Tais devoções ficariam sob a inspeção da proprietária do templo e teriam a obrigatoriedade de pagamento das mesmas mesadas. Haveria eleição de dirigentes, feita pela Mesa Administrativa do Rosário, com a assistência do último juiz do respectivo orago. As celebrações e demais funções deveriam ocorrer em horário que os irmãos pudessem de fato assistir, depois do serviço de seus senhores, “por serem escravos a maior parte deles”.<sup>75</sup>

Lançamentos de despesas foram encontrados, com menção a pagamentos de “esmolas a São Benedito” desde 1836, e, a partir de 1841, a uma “Irmandade de São Benedito”.<sup>76</sup> As esmolas dedicadas ao santo negro, na confraria do Rosário, podem, assim, ter dado origem a uma Irmandade própria desta devoção. Juizados festivos e “devoções anexas” por vezes representaram subdivisões de membros por algum motivo específico ou com categorias distintas (procedências diversas ou segregações de cativos, alforriados e livres), reunidos no interior de um mesmo templo, subordinados ao orago principal. Alianças poderiam ser guiadas por proximidade cultural e religiosa, pela descendência ou união de grupos fundadores em detrimento de recém-chegados.<sup>77</sup> Eram escolhas circunscritas a estratégias de vida possíveis, mas que não foram registradas neste caso.

---

74 Infelizmente não foram localizados livros de entradas de membros da Irmandade do Rosário.

75 AHU, Cód. 1534 (1) – CÓDICES, *Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos homens pretos, Vila da Campanha da Princesa*, 1800.


76 ACDC, *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Leal Vila de Campanha da Princesa*, livro 04.

77 Eleições de devoções anexas foram comuns nas Irmandades das Mercês e do Rosário de São João del Rei. No Rosário, Célia Borges apontou a predominância dos benguelas, seguidos dos angolas e dos minas. Teixeira, *A quebra dos grillhões*; Borges, *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário*, p. 127; Daniela dos Santos Souza, “Devoção

Uma distinção, no entanto, foi mencionada nas memórias de Francisco de Paula Ferreira de Rezende, com a suposta segregação e rivalidade existente entre devotos, nos dias de Festa do Rosário, que, para além da cerimônia litúrgica, se estendia pelo espaço urbano da cidade. “O que era propriamente festa de igreja durava pouco e acabava cedo; mas a da rua prolongava-se pela noite adiante até a madrugada; e esta consistia em andarem eles toda a noite a percorrerem as ruas e as casas e nelas a dançarem e cantarem.” Haveria, então, uma disputa entre pretos e crioulos moradores do núcleo urbano e “escravos da fazenda do Barro Alto, aos quais se agregavam alguns de outras fazendas e mesmo alguns da cidade que não podiam ou não queriam fazer parte do primeiro”.<sup>78</sup> Fatos como este também podem justificar as subdivisões devocionais existentes no interior dos grêmios e em suas igrejas.

Outra agremiação composta por sujeitos de ascendência africana era a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte. Segundo seus membros, a associação era formada por pardos que se reuniam na matriz também desde a década de 1760. A “Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte dos Homens Pardos” obteve provisão passada pelo ordinário em contexto de Sé vacante, isto é, período de transição temporariamente sem bispo, em 27 de agosto de 1765. As solenidades iniciais foram feitas em 15 de agosto de 1766,<sup>79</sup> mas a agremiação teve seu Compromisso confirmado apenas em 1820. Nas palavras dos irmãos, ao redigirem suas normas, eles estavam há 54 anos louvando à Nossa Senhora com cultos e Compromisso

---

e Identidade: o culto de Nossa Senhora dos Remédios na Irmandade de São João del-Rei – séculos XVIII e XIX”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2010, .

78 Rezende, *Minhas recordações*, p. 192. Vale registrar também a indumentária de um dos grupos no século XIX, que se aproxima das vestes ainda hoje utilizadas nas Congadas em Minas Gerais: “Os deste segundo bando vestiam-se todos de branco e tinham um capacete feito com arcos de taquara cobertos também de branco; e tudo isto, capacete, calças e vestido, enfeitado de fitas de diferentes cores”. Rezende, *Minhas recordações*, p. 192.

79 No Arquivo Eclesiástico de Mariana foi encontrada uma datação da década de 1740, demonstrando que a devoção pode ter surgido juntamente ao Santíssimo Sacramento na primeira capela. AEAM, *Irmandade da Boa Morte de Campanha*, 1740, arm. 3848.

feito, sem que o pudessem confirmar. Desse modo, resolveram reformá-lo e submetê-lo, conforme ordem régia, ao Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens.<sup>80</sup> Em seu sétimo capítulo constava que

é muito conveniente ao serviço de Deus e de Nossa Senhora, e bem das Almas dos fiéis que nesta Irmandade, hajam de se assentar-se para Irmãos dela todas aquelas pessoas que por sua devoção quiserem servir a Nossa Senhora, tanto Eclesiásticos, como Seculares, *homens e mulheres brancos, pardos legítimos, e libertos* sem determinar-se número certo de irmãos, se não os mais que puderem haver, os quais logo que forem aceitos pela Mesa, assinarão Termo de Irmão.<sup>81</sup>

A confraria determinava, em um trecho de grande semelhança ao visto anteriormente, sua distinção de pretos, crioulos e escravizados em geral, que, naquela época, estariam agregados sob as contas do Rosário. A Boa Morte, que nessa localidade poderia “fazer as vezes” das Irmandades de São Miguel e Almas das matrizes, ao que tudo indica inexistente em Campanha, constituía-se como um espaço restrito a livres e libertos, ressaltando-se os “pardos legítimos”. Novas associações compostas por diferentes categorias étnico-sociais, todavia, modificariam a dinâmica social da vila no começo do Oitocentos.

Outras corporações fundadas em Campanha foram a Irmandade de Nossa Senhora das Dores, anterior a 1799 e que possuiria capela própria, segundo documentos do Arquivo Histórico Ultramarino,<sup>82</sup> e uma Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, que se reunia na matriz, possuindo como documento mais antigo, no Arquivo da Cúria Diocesana de Campanha, um Livro de Termos de 1823. Sua aprovação ocorreu por Sua Majestade Imperial em 24 de outubro daquele ano,

80 ACDC, *Compromisso Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte dos homens pardos, ereta em altar na Matriz de Santo Antonio da Vila de Campanha da Princesa, Comarca do Rio das Mortes, Bispado de Mariana, do Estado do Brasil*, livro 3.

81 ACDC, *Compromisso Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte dos homens pardos, ereta em altar na Matriz de Santo Antonio da Vila de Campanha da Princesa, Comarca do Rio das Mortes, Bispado de Mariana, do Estado do Brasil*, livro 3, p. 12, Grifo nosso.

82 AHU, *Requerimento de José de Jesus Teixeira e outros devotos*, ant. 1800, cx. 152, doc. 33.

sendo prior o vigário José de Souza Lima, o mesmo anunciado anteriormente como grande opositor da Arquiconfraria dos pardos de São Francisco.<sup>83</sup> Nesse caso, ele não apenas apoiava a instalação de uma ordem terceira na vila, alocada em sua matriz e composta por brancos, como fazia parte de seu corpo dirigente.

O pedido foi enviado ao Irmão Inocêncio Antônio das Neves Portugal, “Doutor em Sagrada Teologia na Universidade de Coimbra, Confessor da Princesa do Brasil, Teólogo da Nunciatura, Censor Régio pelo Desembargo do Paço e Ordinário Geral e Provincial dos Religiosos da Bem-aventurada Virgem Mãe do Monte do Carmo da antiga observância regular na Provedoria do Rio de Janeiro”. Era apontado pelos moradores da “Vila da Campanha da Princesa”, que havia grande desejo pela instituição de uma Ordem Terceira do Carmo na “nova Igreja e Matriz de Santo Antônio”, onde estava colocada uma imagem da mesma senhora. A intenção dos moradores era “gozar dos frutos espirituais, de que participam os Irmãos Terceiros do Carmo”, que então se viam privados da oportunidade, pela dificuldade de participar da agremiação em outra localidade, sendo a mais próxima a “vizinha” da vila de São João del Rei. Pelo relato desses moradores, o próprio vigário teria papel fundamental na solicitação, sendo ele que “nos fez saber não só por atestação, mas pelas informações particulares que nos deu, e suplicas, que também nos fez”, para que se erigisse a referida ordem terceira. Um primeiro requerimento havia sido enviado, em 1811, para o então Reverendíssimo Provincial Pedro do Nascimento e Conceição, solicitando não apenas que se fizessem seus Estatutos, mas que se nomeasse o vigário como comissário.<sup>84</sup>

A Ordem Terceira da Penitência de Nossa Senhora do Carmo foi erigida, com admissão de Hábito e Profissão dos fiéis, segundo a Regra da mesma Ordem, por seu Ordinário Provincial, munido dos poderes concedidos por Bula Papal do Santíssimo Padre Sisto IV e Breve do Santíssimo

---

83 ACDC, *Livro de Termos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo ereta nesta Vila da Campanha da Princesa*, 1823-1868, Livro 5.

84 ACDC, *Livro de Termos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo ereta nesta Vila da Campanha da Princesa*, 1823-1868, Livro 5.

Padre Clemente X. Era informado que tais poderes “nos não consta estarem revogados antes acharmos em pratica”. Aos membros participavam todas as indulgências que eram próprias aos religiosos e irmãos terceiros, concedidas pelo Santíssimo Padre Paulo V em Bula de 23 de maio de 1606. No documento também se fazia menção a dois tipos de devotos que poderiam receber indulgências, os irmãos confrades ou “do Bentinho da Senhora”.<sup>85</sup> O Bentinho ou o Sagrado Escapulário poderiam ser lançados a todos, sendo registrado em livro particular, a ser remetido ao convento do Rio de Janeiro. A súplica feita ao ordinário antecessor também foi aludida neste documento de 08 de fevereiro de 1820, enviado pelo Provincial Inocêncio Antônio das Neves Portugal, sendo o vigário aprovado e os Estatutos solicitados para serem vistos e confirmados antes de iniciarem as atividades da instituição.<sup>86</sup>

Por fim, como visto anteriormente, alguns memorialistas apontaram também a existência de uma Igreja de Nossa Senhora das Mercês por volta

---

85 O artifício de tornar sujeitos considerados “indignos” de se filiarem como “irmãos de termo” em “irmãos do bentinho” foi algo comum a ordens terceiras, como demonstrou Anderson Oliveira, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. A Senhora das Mercês, considerada Redentora dos Cativos, da mesma forma como a do Carmo, possuía o símbolo do escapulário, utilizado como objeto de devoção de africanos e afrodescendentes escravizados ou apartados do cativo. Nas ordens terceiras, “a devoção ao Bentinho parecia ser um estímulo a outros segmentos da população que não ombreavam com os Terceiros em sua associação”. Essa espécie de “consolo espiritual”, como chamavam alguns dos oficiais, garantia a demarcação de certo prestígio, mesmo em “situação subalterna”, aproximando sujeitos distintos do convívio e das sociabilidades do meio associativo. Anderson José Machado de Oliveira, *Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial*, Rio de Janeiro: Quartet; FAPERJ, 2008, p. 223. O bentinho era um objeto devocional formado por dois quadrados de papel ou saquinhos de pano bento com orações, imagens ou insígnias, levado ao pescoço preso por cadarço, enquanto o escapulário era um pano branco recortado, usados sobre o peito e as costas. Daniel Precioso, “Terceiros de cor: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)”, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014, p. 155, [↗](#).

86 ACDC, *Livro de Termos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo ereta nesta Vila da Campanha da Princesa, 1823-1868*, Livro 5. Outros documentos da Ordem presentes neste Arquivo são um livro de receitas e despesas de 1823-1875 (Livro 6) e um segundo, datado de 1823-1889 (Livro 7), no qual constam atas, leis, termos e o Estatuto de 1822.

de 1815, posteriormente demolida.<sup>87</sup> Nos Arquivos da Arquidiocese de Mariana há documentos da irmandade apenas a partir de 1853.<sup>88</sup> No Arquivo de Campanha foi localizado um Livro de Termos e Despesas, datado entre os anos de 1852 e 1879. As entradas de irmãos foram registradas a partir de 1852, bem como os recibos de gastos. Lançamentos de recebimentos foram redigidos a partir de 1856. Não se sabe se estes foram os únicos livros confeccionados, se outros mais antigos se perderam ou se, nesse momento, buscou-se sua institucionalização e formalização através da documentação de suas atividades. Os devotos se reuniam em sua capela, que teria sobrevivido ao menos até 1901. As atas de eleições preservadas datam de 1853 a 1901. Um inventário foi realizado logo após a posse da primeira mesa eleita registrada neste livro.<sup>89</sup> Ao final do códice, que reúne essas diversas

---

87 Em 1795, o capitão José Rodrigues da Costa entrou como membro da Irmandade das Mercês de São José del Rei, atual Tiradentes, sendo descrito como assistente em Campanha do Rio Verde e tendo falecido em 1832. Isso indica que a devoção mercedária já era conhecida na localidade. No site da prefeitura há uma imagem indicada como sendo do século XVIII, mas sem nenhuma fonte que comprove tal informação. AMNSP-SJDR, *Irmandade de N. S. das Mercês de São José del-Rei, Livro de Entrada de Irmãos, 1788-1807*, livro 4, cx. 1, est. 04.

88 AEAM, *Irmandade das Mercês de Campanha*, 1853, arm. 4018. O documento se trata de um Compromisso, com folhas referentes à receita e despesa ao final, reforçando a hipótese de um período de institucionalização.

89 Dentre os bens do inventário, estão uma imagem de Nossa Senhora das Mercês; uma imagem menor; uma de Maria Rainha dos Anjos; uma do Senhor do Triunfo, com túnica de seda nova, capa nova, cinto e fivela e uma camisa; uma de São Francisco de Assis; uma de Nossa Senhora da Conceição pequena; duas do senhor crucificado; um quadro com moldura das Mercês; uma coroa de prata das Mercês com cento e doze oitavas; três pares de brincos de grisolitas da mesma imagem; um cálice e patena de prata; uma pedra d'ara, um par de galhetas e prato de estanho; um missal; duas casulas e seus pertences, branca, encarnada, verde e roxa; duas alvas de linho, um cordão e dois corporais; oito toalhas de altar; uma cruz de madeira, e manga de cetim azul, e outra de belbute preto; quatro lanternas; oito opas em bom uso, e seis ordinárias; um caixão para carregar irmãos defuntos; um caixão grande com chave, de 19 palmos de comprimento, de guardar opas; uma caixa e tampa de pinho de quatro palmos; dois bancos de pinho, duas cadeiras de palhinha; um lampião de madeira; uma campanha de metal pequena; duas mesas ordinárias que servem de credencias; quatro tochas de pau; dois castiçais de casquinha velhos, e dois ainda mais ordinários; um sino com seis arrobas e meia de peso; um massame de andor; e uma alavanca de ferro. ACDC, *Livro de termos e despesas, Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Campanha, 1852-1879*, Livro 9.

tipologias documentais do cotidiano confraternal, foi expressa a verificação pela autoridade responsável, em 1863, na casa do juiz de direito da Comarca.

Nas palavras do memorialista Francisco Ferreira de Rezende,

a festa das Mercês era feita pelos pardos; e como desde seus começos existiram na Campanha algumas famílias de pardos que dispunham de alguma fortuna, parece que era então celebrada com bastante pompa. No meu tempo, porém, nem ela sempre se fazia; ou se por acaso fazia-se, nada tinha de notável. Em compensação, porém, na igreja matriz havia um bonito altar da Senhora Boa Morte cuja irmandade pertencia aos pardos; e esta festa era uma das mais bonitas; havendo além das novenas, a procissão do enterro de N. Senhora no dia 14 de agosto e a da sua Assunção no dia seguinte.<sup>90</sup>

Tendo em vista que as Irmandades de Nossa Senhora das Mercês dos principais núcleos urbanos da Capitania de Minas Gerais foram fundadas ao longo do século XVIII pelos denominados “pretos crioulos”, isto é, homens e mulheres de ascendência africana nascidos na América portuguesa, na condição de livres, libertos e cativos, optou-se por analisar as matrículas encontradas para a confraria de Campanha, de meados do século XIX.<sup>91</sup> Alguns memorialistas qualificaram a agremiação como pertencente aos pardos, bem como a antiga Irmandade da Boa Morte e a Arquiconfraria de São Francisco, que, ao que tudo indica, deixara de existir pouco tempo após sua fundação devido a conflitos com a paróquia. Nesse caso, uma hipótese poderia ser a transferência dos arquiconfrades para uma nova devoção, sob a invocação mercedária, que também possuía perspectiva de elevação aos estatutos de arquiconfraria e ordem terceira, como pretereram os membros crioulos de Vila Rica e São João del Rei.<sup>92</sup>

90 Rezende, *Minhas recordações*, p. 187.


91 Teixeira, *A quebra dos grilhões*.


92 Em 01 de agosto de 1794, uma licença foi concedida aos irmãos mercedários de São João del Rei pelo comissário Francisco de Almeida Pinto, da então denominada Arquiconfraria das Mercês, ereta na Capela do Senhor Jesus dos Perdões na paróquia da Conceição de Antônio Dias em Vila Rica. Nessa certidão, ficava expresso que chegara a notícia, aos confrades do Rio das Mortes, de que a agremiação de Vila Rica tinha jurisdição de conceder a mesma graça alcançada do Geral da Ordem, Padre João Cavaleiro. A graça foi estendida sob a condição de assinarem termo com o intuito de ficarem sujeitos, satisfazendo todos os anos com a quarta parte das

Estudos verificaram distintas possibilidades e significados para as categorias de identificação e distinção étnico-social, variáveis mediante local, período e fonte histórica analisada. Segundo Douglas Libby e Zephyr Frank, nas Minas Setecentistas, o termo “crioulo”, por exemplo, se referia ao negro nascido no Brasil, com mãe de origem africana, demarcando distinções de cor e procedência. O consenso entre os especialistas estava no fato de os filhos de escravas africanas serem designados como crioulos. Com o passar das gerações, a classificação tornava-se mais complexa, podendo ser mantida ou alterada. Escravizado ou não, carregava consigo um histórico familiar de cativo, sendo fruto de vários tipos de enlances matrimoniais.<sup>93</sup> Mariza Soares determinou que o “crioulo”, nesse mesmo período no Rio de Janeiro, seria uma condição provisória, já que, para ela, seu filho não receberia a mesma designação. Com isso, percebeu um apagamento do termo no decorrer da descendência, que se manteria apenas com o tráfico e a chegada de novos africanos que aqui teriam seus filhos.<sup>94</sup>

---

esmolas. O exemplo destes irmãos seria seguido e, em 1816, uma correspondência era encaminhada da vila de São José del Rei à Vila Rica, rogando que lhes fosse remetida uma cópia do Breve obtido, solicitando que, quando fossem alcançados outros privilégios de Sua Santidade, sempre os fizessem participantes. A Irmandade das Mercês de São João del Rei também se mobilizaria para elevar-se à ordem terceira. Em 1839, os oficiais requeriam autorização imperial, à imitação dos Irmãos Terceiros da Venerável Ordem Mercedária da Corte, para alcançar de Sua Santidade um Breve com as mesmas graças e estatutos pelos quais se congregavam à Ordem da Redenção da Virgem das Mercês. Era preciso obter o indispensável Beneplácito Imperial, sendo encaminhada, junto à solicitação, uma cópia da Patente alcançada por esta corporação e da Regra enviada pelo Procurador Geral da Real e Militar Ordem da Bem-aventurada Virgem das Mercês da Redenção dos Cativos em 27 de dezembro de 1829. APNSCAD-OP, *Irmandade de N. S. das Mercês e Perdões de Vila Rica, Causas judiciais movidas pelo juiz e oficiais da irmandade*, n. 7.19.20.1, 1761-1845, cx. 02, prat. 47, est. 10; AMNSP-SJDR, *Irmandade de N. S. das Mercês de São João del-Rei, Compromisso*, 1806.

93 Douglas Cole Libby e Zephyr Frank, “Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810”, *Revista Brasileira de História*, v. 29, n. 58 (2009), p. 388, . Ver também Teixeira, *A quebra dos grilhões*.

94 Já Rodrigo Rezende encontrou uma realidade distinta para Minas Gerais. Mariza de Carvalho Soares, *Devotos da cor – identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 100, 253; Rodrigo Castro Rezende, “Crioulos e crioulações em Minas Gerais: designações de cor e etnicidades nas Minas sete e oitocentista”, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, .

Mary Karasch, em obra sobre o Rio de Janeiro Oitocentista, apontava ser o “crioulo” o “designativo de cor” mais comum aos escravos, aplicado ao negro nascido no Brasil e, ocasionalmente, em colônias portuguesas da África (“crioulos africanos” vindos de Cabo Verde, Ilha do Príncipe, São Tomé, Angola ou Moçambique).<sup>95</sup> Hebe Mattos, por sua vez, articulou o uso exclusivamente à experiência do cativo, sendo os crioulos escravos ou forros recentes,<sup>96</sup> ao passo que para Sheila de Castro Faria seria obrigatoriamente um escravo, não podendo nascer livre, e seus filhos seriam chamados de pardos.<sup>97</sup> A categoria “pardo” também não era um consenso, visto que correspondia ao filho da união entre indivíduos brancos e pretos, mas poderia representar o sujeito não-branco em liberdade que, por meio de estratégias de mobilidade social, conseguiu se distanciar da experiência do cativo. Em algumas localidades, ao longo do século XIX, foi deixando de ser atribuída a escravizados, como observou Roberto Guedes.<sup>98</sup> Tais constatações conferem grande complexidade à (re)configuração das categorias em meio às experiências vivenciadas, levando-se em consideração, ainda, que as análises escravistas podem apresentar dinâmicas diferenciadas quando tratam de núcleos urbanos ou rurais, de economia mineradora ou agrícola. Campanha, por exemplo, pode ter

---

95 Enquanto “negro” significaria escravo africano, “preto” poderia ser mais genérico, neutro, principalmente quando a origem ou condição legal fosse desconhecida. Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*, São Paulo: Cia das Letras, 2000, pp. 37-38.

96 Hebe Maria Mattos de Castro, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil – século XIX*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

97 Conforme constatou Sheila Faria, sobretudo em Campos de Goitacazes, “o termo ‘crioulo’ refere-se exclusivamente a escravos. Não há referência, em toda documentação com que trabalho, a ‘crioulo forro’; nascido no Brasil como escravo (portanto crioulo), quando se libertava era comumente designado de ‘pardo’, sempre seguido de ‘forro’”. Sheila de Castro Faria, *A colônia em movimento*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 161. A autora analisou, para um longo recorte temporal (séculos XVII ao XIX), registros de batismo, casamento, óbitos e mapas de população. Nos núcleos urbanos de Minas Gerais, contudo, o “crioulo forro” foi designação recorrente nas Irmandades de Nossa Senhora das Mercês. Teixeira, *A quebra dos grillhões*.

98 Roberto Guedes, “Sociedade escravista e mudança de cor. Porto Feliz, São Paulo, Século XIX” in João Fragoso, Manolo Florentino, Antônio Carlos Jucá e Adriana Campos (orgs.) *Nas rotas do Império*, 2. ed. (Vitória: Edufes, 2014), pp. 411-450.

apresentado características comuns a outras regiões agromercantis, como demonstrado por Sheila Faria.<sup>99</sup>

Considerando os registros de entrada de irmãos encontrados para a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, foram contabilizados 395 membros, entre os anos de 1853 a 1889.<sup>100</sup> Do montante, 200 eram homens e 195 eram mulheres. A grande maioria não relatou qualidade social, em 387 termos, restando apenas 3 pardas escravas, 2 pardos escravos, 2 crioulas escravas e 1 preta escrava. Quanto à condição jurídica, 36 irmãos eram cativos (22 homens e 14 mulheres, sendo que 35 fizeram menção ao proprietário), 6 eram forros (4 mulheres e 2 homens), e 353 não apresentaram qualquer demarcação. A identificação do liberto foi feita apenas quando relatada sua condição passada, como “escravo ou escrava que foi de”, não sendo usual, portanto, seu uso após o nome. Tal fato poderia indicar várias situações, como o mascaramento de grande número de sujeitos não-brancos que se distanciavam de um passado cativo (próprio ou familiar) e a existência de poucos membros associados à escravidão, demarcados quando aceitos naquele meio associativo.<sup>101</sup>

---

99 Quanto aos dados quantitativos da população escravizada no Termo de Campanha, é digno de nota que, na década de 1820, “embora os escravos não ultrapassassem 30% do total da população da vila, destoando do restante dos municípios da província, cerca de 46% eram de origem africana e representavam 14% do total de habitantes do município. Este percentual é característico de regiões onde predominavam a ‘grande lavoura’ e a produção voltada para o mercado internacional”. Andrade, *Elites regionais e a formação do Estado Imperial*, p. 36.

100 ACDC, *Livro de termos e despesas, Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Campanha, 1852-1879*, Livro 9.

101 No que diz respeito ao estado civil, outro critério de enraizamento e distinção, 43 irmãos se declararam casados (31 mulheres e 12 homens) e 2 mulheres informaram sua viuvez. Um número significativo de 61 mulheres foi identificado como “donas”, algumas ainda como “Excelentíssima Senhora Dona” (19 casos) e apenas 5 como “senhora” (também 4 senhores). Apenas dois homens foram referidos sob o título de capitão, dois de tenentes e quatro clérigos. Dois dos padres foram o vigário Antônio Felipe de Araújo, com assento em 1853, e José Theofilo Moinhos de Vilhena, em 1864. Um total de 150 registros foram assinados (104 homens e 46 mulheres). Em 28 casos, irmãos entraram remidos, ou seja, sem precisarem arcar com esmolos de entrada e anuais, com a obrigação de cumprir a função de músico nas festas das Mercês. Somente 12 registros identificaram moradia, em casos que não condiziam ao núcleo urbano de Campanha, como “Vargem Grande desta Freguesia”, “Lagoa desta Freguesia”, “Caminho da Conquista” e “Ponte Alta desta Freguesia”. Em 22 termos

A omissão das categorias sociais nos termos de entrada também poderia ocorrer pela prática de realização de assentos pouco descritivos ou ainda representar mudanças de classificação e reconhecimento social de acordo com as experiências vivenciadas, de estratégias manipuladas em trajetórias pessoais ou grupais ascendentes. Em suas pesquisas, Hebe Mattos demonstrou a ocorrência do “apagamento da cor” nos registros demográficos do Oitocentos. Após a Constituição de 1824, a possibilidade de mobilidade socioeconômica de parte da população descendente de libertos se ampliava, passando a adquirir direitos políticos, o que levaria a um processo de maior “silenciamento da cor”, visto que novas gerações se empenhariam para perder a referência da qualidade.<sup>102</sup>

Os primeiros termos foram feitos coletivamente, com uma única listagem de nomes, mas logo passaram à fórmula usual de registro individual, marcando o início da atuação do tenente Francisco Ferrão de Almeida Trant como escrivão. Seu nome foi o primeiro a ser arrolado em uma listagem grupal inicial, confeccionada no dia 14 de agosto de 1853, seguido de Francisco Pinto de Oliveira Andrade, com quem dividia papel de destaque naquele meio associativo.<sup>103</sup> O tenente, que se tornaria capitão alguns anos depois, também possuía uma escravizada nas Mercês, de nome Clementina, entrante em 1867. De acordo com memorialistas e narrativa presente na tradição local, Francisco foi descendente de distinta família de militares, tendo atuado por anos como escrivão do Juízo, além de ficar conhecido pelo papel de protetor e regente da Irmandade das Mercês, a quem

---

foram indicadas pessoas que entravam acompanhadas de outras, como o marido, a esposa, um filho ou um escravo; em 21 termos eram informados nome de pai ou mãe e 31 o nome do marido. Houve também três casos de mulheres que se tornaram irmãs após terem sido eleitas para ocupar algum cargo, como juíza ou mordoma. ACDC, *Livro de termos e despesas, Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Campanha, 1852-1879*, Livro 9.

102 Hebe Mattos demonstra que o apagamento da cor caminhou lado a lado a uma política de “branqueamento” construída e imposta de cima para baixo, que deve ser pensada juntamente à integração dos sujeitos nesse sistema que permaneceria legitimando desigualdades. Mattos, *Das cores do silêncio*.

103 Notou-se a recorrência dos nomes dos tenentes, depois referidos como capitães, Francisco Ferrão de Almeida Trant e Francisco Pinto de Oliveira Andrade como zeladores da agremiação ao longo de muitos anos.

era confiada a capela,<sup>104</sup> e fiel benfeitor da Igreja das Dores. Além disso, um de seus filhos, João de Almeida Ferrão, foi ordenado e tornou-se o primeiro bispo de Campanha.<sup>105</sup>

Também foi possível observar interessantes questões quanto às pessoas que ocuparam cargos dirigentes. Nas eleições verificadas, por exemplo, houve a presença de cativos como irmãos e irmãs de mesa e mordomas, sendo informado o nome de seu proprietário. Por vezes ambos faziam parte da confraria. As eleições ocorriam geralmente no dia 24 de setembro – dia de Nossa Senhora das Mercês – no consistório da capela e presididas pelo vigário. O escrivão fazia os convites por carta aos eleitos, para que a posse ocorresse na primeira domingo de outubro. O vigário Antônio Felipe de Araújo ocupou o cargo de juiz no primeiro ano de registro, em 1854, sendo também convocado para que se encarregasse da capelania, pela quantia anual de 100 mil réis. Junto a ele também ocupava cargo de juiz naquele ano Marcelino José Teixeira. No ano seguinte ocuparam o cargo de juiz Ignácio José de Alvarenga e o reverendo Francisco de Paula Victor. A presença deste último nessa corporação é de grande relevância e lança alguma luz para os seus esparsos rastros e as hipóteses aqui levantadas.<sup>106</sup>

Muito conhecido até os dias de hoje por seu processo de canonização, “Padre Victor” foi um homem negro que nasceu livre em 1827 em

---

104 Em 1857 foi registrado em termo que esta irmandade possuía um terreno na Rua do Fogo e outro logo acima junto à capela-mor da igreja, ambos inutilizados, sendo desejo dos irmãos a permissão do juiz municipal para vendê-los e, com seu valor, investir nas obras do templo. Em 1867, era definida em reunião a trasladação da imagem das Mercês que se achava na capela de São Sebastião. Possivelmente a imagem estava alocada lá por conta de obras nas Mercês, demonstrando a proximidade dos templos e de seus responsáveis. Ao que parece, nenhuma irmandade esteve alocada sob a devoção e perseverante capela de São Sebastião. ACDC, *Livro de termos e despesas, Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Campanha, 1852-1879*, Livro 9.


105 Ver  . Acesso em 31 ago. 2024.

106 Nesse mesmo ano foi realizada a matrícula de “Francisco Lucio de Paula Victor”, registrado em termo coletivo, no qual diversos membros entraram remidos se obrigando a contribuir na função de músico. Não sabemos, no entanto, se há alguma relação com o Padre Victor.

Campanha.<sup>107</sup> Batizado apenas como “Francisco”, era filho natural da parda Lourença Maria de Jesus, solteira, mãe de dois filhos e fiadeira, que vivia como agregada a um casal de costureira e alfaiate. Seus padrinhos foram Feliciano Antônio de Castro e D. Mariana de Santa Bárbara Ferreira. Esta última possuiu uma trajetória de maior proeminência e distinção social, como percebe-se no título de “dona” adquirido em suas documentações. A madrinha era uma parda livre, sem ocupação definida e casada com o pardo Liberato José Tibúrcio, com quem teve um filho legítimo chamado Antônio. A família possuía, com base no censo provincial de 1831, três escravos crioulos de nome Francisco, Rozária e Margarida.

A relação de apadrinhamento teria sido determinante para o ensino de Francisco, que iniciou seu processo de formação escolar em Campanha (curiosamente na companhia do memorialista Francisco de Paula Ferreira de Rezende), mas o concluiu no Seminário da Boa Morte de Mariana, onde tornou-se padre e, sob a proteção do bispo Dom Viçoso, seguiu para Três Pontas indicado como vigário, também atuando como professor.<sup>108</sup> O filho de Francisco Ferrão de Almeida Trant, João de Almeida Ferrão, o futuro bispo de Campanha, foi um dos alunos do colégio fundado em Três Pontas.<sup>109</sup> A mudança de seu nome para “Francisco de Paula Victor” parece ter ocorrido durante sua formação e possivelmente faz referência a São Francisco de Paula, eremita e fundador da Ordem dos Mínimos. Interessante ressaltar que na década 1780 emergiu a primeira ordem terceira de afrodescendentes a ser reconhecida na Capitania de Minas Gerais, em Vila Rica, a Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, composta justamente por pardos.<sup>110</sup>

---

107 Após sua morte teve origem um movimento de culto a sua imagem e, com seu processo de canonização iniciado em 1989, consolidou-se uma narrativa de Padre Victor como ex-escravo que atingiu a santidade. Em 2015 foi declarado beato e reconhecido um milagre. Sua trajetória tem sido estudada por Marcus Vinícius Fonseca, cf. Marcus Vinícius Fonseca, “Padre Vitor: um educador negro entre a escravidão e a santidade”, *Revista Brasileira de História da Educação*, 20, e131 (2020), pp. 1-26, .

108 Fonseca, “Padre Vitor”.

109 Casadei, *Notícias históricas da cidade da Campanha*, p. 98.

110 Precioso, “Terceiros de cor”, 2014.

## Considerações finais

Já dizia Marcos Aguiar que “nada indica que a vida confrarial entrasse em decadência na segunda metade do século” XVIII.<sup>111</sup> Uma conclusão como essa pode ser aferida pelo número ascendente de entrada de irmãos em muitas das corporações, sobretudo nas destinadas aos devotos de ascendência africana, seja na condição de cativos, libertos ou livres; nas ordens terceiras que se propagavam pela malha territorial; e até pela constatação visual da construção, conclusão e reforma de inúmeros templos por arraiais, vilas e cidades mineiras.<sup>112</sup> “O movimento de criação de confrarias não só acompanhou o surgimento de novas divisões eclesiásticas, mas parecia estar presente nas novas fronteiras de colonização abertas na capitania” e posterior província.<sup>113</sup> O autor lançou seu olhar para além dos núcleos urbanos centrais, alcançando arraiais fronteiriços que cresciam diante de investimentos econômicos de caráter agrícola e comercial. O mesmo pode ser observado com a mudança de perspectiva, saindo dos núcleos mineradores próximos à capital das Minas, mirando a diversificação social e econômica de comarcas como o Rio das Velhas e o Rio das Mortes. É sobre esta última região que este artigo procedeu à análise, dessem a pretensão de esgotar as questões sobre a vida social e religiosa daquela que seria reconhecida como local de origem do sul das Minas. Isso também vale quando a atenção é direcionada ao Oitocentos, ainda pouco abordado pelos especialistas na temática do associativismo leigo.

Os moradores de Campanha também foram responsáveis pela manutenção da vida religiosa local, juntamente à paróquia, construindo nove templos ao longo dos séculos XVIII e XIX (Quadro 1). Os três primeiros foram erguidos em um caminho-tronco povoado a partir dos primeiros descobertos auríferos, ocupando a matriz de Santo Antônio uma

---

111 Aguiar, “Negras Minas Gerais”, p. 240.

112 Precioso, “Terceiros de cor; Andrade, “Presídias dos terceiros do Carmo”; Teixeira, *A quebra dos grilhões*.

113 Aguiar, “Negras Minas Gerais”, p. 240.

posição central, ao passo que o Rosário teve lugar mais acima da colina e a capela das Dores conseguiu sítio privilegiado, mais abaixo, na Rua Direita. A igreja matriz, primeira a ser constituída, chegou a agregar pelo menos quatro associações religiosas leigas, a saber, as Irmandades do Santíssimo Sacramento, do Senhor dos Passos, de Nossa Senhora da Boa Morte e a Ordem Terceira do Carmo. Não se sabe, entretanto, se a devoção ao Rosário foi iniciada também nesse templo antes de possuir casa própria, como de costume. Após a elevação à Vila da Princesa, outras três capelas foram construídas pelo empreendimento dos próprios moradores, tendo como patronos São Sebastião, São Francisco de Assis e Nossa Senhora das Mercês.

**Quadro 1: Irmandades e igrejas de Campanha**

<b>Irmandade</b>	<b>Data</b>	<b>Templo</b>
Santíssimo Sacramento	1742	Matriz de Santo Antônio
N. S. do Rosário	1759	Igreja do Rosário
N. S. da Boa Morte	1765	Matriz de Santo Antônio
N. S. das Dores	1799	Igreja das Dores
N/C	1805	Igreja de São Sebastião
São Francisco (arquiconfraria)	1809	Igreja de São Francisco (demolido)
N. S. das Mercês	1815/1852	Igreja das Mercês (demolido)
Senhor dos Passos	1816	Matriz de Santo Antônio
N. S. do Carmo (ordem)	1820-1823	Matriz de Santo Antônio
N. S. do Patrocínio	1836	Santa Casa de Misericórdia
São Benedito	1841	Igreja do Rosário
N/C	1848/1895	Capelas da Santa Cruz (incendiada em “Árvores Bonitas” e demolida nas Almas, novamente edificada no século XX)
N/C	1872-1875	Capela de São Miguel

Quanto aos confrades, foi possível observar que, em consonância ao que ocorria de forma geral nas Minas Gerais, a invocação à Senhora do Rosário esteve associada aos africanos e seus descendentes, ainda que não fizessem qualquer diferenciação, em sua documentação, aos oriundos da diáspora atlântica em relação aos naturais da conquista e posterior Império do Brasil. Enquanto em outras localidades muitos crioulos optaram por sua organização sob o manto mercedário, em Campanha, a memória local interligou esta devoção aos pardos, fazendo referência à união mista, à procedência nativa e ao afastamento do cativo. A confraria, de toda forma, aparentemente não buscou representar-se pública e coletivamente como uma corporação de pardos, como foi o caso da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, criada décadas antes, que ainda limitou seu acesso apenas aos legítimos, libertos e livres. Ainda que em número reduzido, a Irmandade das Mercês não deixou de receber escravizados, que chegaram a ocupar o cargo menor de irmão de mesa, mantendo-se fiel ao título da Senhora Redentora dos Cativos. Não se sabe, ao certo, se este foi um grêmio no qual alguma categoria étnico-social específica adquiriu prioridade, tendo, possivelmente, se mantido aberto a todos os cristãos devotos que desejassem compartilhar daquele meio associativo, não deixando de contar também com a presença de homens brancos ou de alguma ascendência africana, na condição de livres, com prestígio e acesso a redes de sociabilidade política e econômica. Não deixa de ser levantada a hipótese, ainda, de que essa corporação pode ter sido um novo reduto para os arquiconfrades pardos que foram cerceados de sua atuação após conflitos paroquiais. O apagamento da demarcação de qualidade social nos livros de entradas de irmãos foi questão recorrente nas Minas Gerais ao longo do século XIX, provavelmente em acordo com as alterações nas classificações e relações étnico-raciais em curso no Brasil Império, algo a ser investigado nos próximos passos dessa pesquisa.

---

*Recebido em 24 out. 2024*

*Aceito em 10 jul. 2025*

---

doi: 10.9771/aa.v0i72.63399

*Este artigo tem o objetivo de apresentar uma aproximação do universo confraternal da cidade de Campanha, em Minas Gerais. Para tanto, recua-se à sua formação como “arraial da Campanha do Rio Verde” na primeira metade do Setecentos, passando por sua elevação à “vila da Campanha da Princesa” (cujo Termo, isto é, o território constituído de freguesias sob sua jurisdição, fora de grande extensão), até alcançar o estatuto de cidade no século XIX. Busca-se, a partir de uma perspectiva cultural, compreender a formação da prática associativa leiga no agenciamento de seus moradores, identificando a configuração étnico-social das corporações e sua importância ao longo da história da cidade. Para além dos relatos de memorialistas produzidos ainda no século XIX, foram consultadas fontes documentais localizadas em arquivos civis e eclesiásticos, destacando-se, sobretudo, os códices das irmandades compostos por livros de compromisso, entradas, receitas e despesas, termos de reunião, correspondências e causas judiciais.*

Associações leigas | Confraria | Campanha da Princesa | Minas Gerais | Séculos XVIII e XIX

**“CONVENIENT FOR THE SERVICE OF GOD, OUR LADY, AND THE WELFARE OF THE SOULS OF THE FAITHFUL”: BROTHERHOODS AND RELIGIOUS SOCIABILITY IN SOUTHERN MINAS (CAMPANHA, 18TH AND 19TH CENTURIES)**

*This article gives an overview of the world of Catholic lay brotherhoods in the city of Campanha, in Minas Gerais. To this end, it traces the city’s origins as the “Arraial da Campanha do Rio Verde” in the first half of the 18th century, through its elevation to the administrative status of village, as the “Vila da Campanha da Princesa” (whose territory included a number of parishes under its jurisdiction), to its recognition as a city in the 19th century. The article examines the role of lay associative practices in residents’ daily lives, identifying the brotherhoods’ ethnic-social configuration and their importance throughout the city’s history. In addition to memoirs produced in the 19th century, the paper utilizes civil and ecclesiastical archival sources, notably the brotherhoods’ own records including statutes, membership lists, accounting records, meeting minutes, correspondence, and legal cases.*

Lay Associations | Catholic brotherhoods | Campanha da Princesa | Minas Gerais | 18th and 19th centuries